



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CLEANO SOARES BRITO

**CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO
ASSENTAMENTO SANTANA-CE**

**FORTALEZA
2017**

CLEANO SOARES BRITO

CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA TRANSIÇÃO AGROECOLOGIA NO
ASSENTAMENTO SANTANA-CE

Dissertação de mestrado submetida a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof^ª. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B875c Brito, Cleano Soares.
Contribuições ao estudo da transição agroecológica no Assentamento Santana-CE / Cleano Soares Brito. –
2017.
89 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.
1. Questão Agrária. 2. Campesinato. 3. Práticas Agroecológicas. I. Título.

CDD 910

CLEANO SOARES BRITO

CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DA TRANSIÇÃO AGROECOLOGIA NO
ASSENTAMENTO SANTANA-CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Sandra Maria Fontenele Magalhães
Universidade Estadual Vale do Acaraú (DEGEO/UVA)

Prof^ª. Dra. Celecina de Maria Vera Sales
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho
Universidade Estadual do Ceará (FAFIDAM/UECE)

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas acompanharam essa travessia de modo direto ou indireto. Algumas mais de perto e a estas não poderiam deixar de expressar toda minha gratidão pelas palavras de força, pela companhia e pelos ensinamentos multiplicados.

Agradeço especialmente a minha orientadora, a professora Alexandra Maria de Oliveira com quem tanto aprendi desde a graduação. Agradeço imensamente pela compreensão, paciência e companheirismo durante essa trajetória.

Agradeço a minha família, pelo incentivo e carinho durante toda a vida e principalmente durante os momentos difíceis.

Agradeço os meus grandes amigos da graduação, em especial, Guilherme, Heitor, Gabriel, Filipe Maciel, Rafael, Luís e Yuri. Obrigada, meninos, pelo companheirismo revolucionário.

Agradeço as amigas construídas no programa de pós-graduação, Karol Sousa, Camila, Ivo Luis, Adielson e Ana.

Agradeço a todos da Escola do Campo Florestan Fernandes, em especial, Camila, Eudes, Ivonete e Rodolfo. Obrigado pela receptividade.

Agradeço a todos os moradores do Assentamento Santana, que são símbolos da luta camponesa.

Agradeço as professoras Celecina Sales e Aldiva Diniz, pelas contribuições no processo de Qualificação deste trabalho.

Agradeço a todos os professores da Escola Moura Matos, por todo o carinho e companheirismo.

À todos e todas,

“O Assentamento Santana é fruto das lutas dos oprimidos em busca da libertação.” (Virginia dos Santos).

RESUMO

A Agroecologia aliada à trajetória de luta e resistência camponesa por meio dos movimentos sociais passou a chamar atenção como formas organizativas para superar o agravamento dos problemas sociais e ecológicos do campo. O objetivo dessa pesquisa foi analisar o processo de transição agroecológica a partir das experiências e práticas Agroecológicas, vividas e construídas pelos agricultores camponeses do Assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa-CE. A metodologia utilizada contou com revisão bibliográfica e trabalhos de campo, durante os quais, foram realizadas visitas às unidades de produção. Foram feitas entrevistas com os camponeses e técnicos agrícolas envolvidos. Verificou-se que as técnicas agroecológicas estão contribuindo para a recuperação dos solos e são mais eficientes que as práticas convencionais nos períodos de estiagem. Constatou-se que as experiências agroecológicas induz a diversificação da produção. O que reflete na melhoria da alimentação e promove a soberania alimentar das famílias camponesas de Santana.

Palavras-chave: Questão Agrária. Campesinato. Práticas Agroecológicas.

ABSTRACT

In Agroecology allied to the trajectory of peasant resistance and struggle through social movements came to call attention as organizational ways to overcome the aggravation of the social and ecological problems of the countryside. The objective of this research was to analyze the process of agroecological transition based on Agroecological experiences and practices, lived and built by the peasant farmers of the Santana Settlement, in Monsenhor Tabosa-CE. The methodology used included bibliographical review and fieldwork, during which visits were made to the production units. Interviews were conducted with peasants and agricultural technicians involved. It has been found that agroecological techniques are contributing to soil recovery and are more efficient than conventional practices during drought periods. It was found that agroecological experiments induce diversification of production. This reflects on the improvement of food and promotes the food sovereignty of the peasant families of Santana.

Keywords: Agrarian Question. Peasantry Agroecological Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Escola do Campo Florestan Fernandes	47
Figura 02 – Hortaliças cultivadas no entorno da escola.....	48
Figura 03 – Mandala	48
Figura 04 - Pocilga	49
Figura 05- Biodigestor.....	49
Figura 06-Viveiro de mudas	49
Figura 07- Plantas medicinais	49
Figura 08- Mapa de localização do Assentamento Santana.....	52
Figura 09 - Sede da Cooperativa (COPÁGUIA).....	56
Figura 10 - Centro comercial do Assentamento Santana.....	59
Figura 11- Capela de nossa Senhora de Santana.....	60
Figura 12 - Apresentação de Reisado no Assentamento Santana.....	61
Figura 13- Quadrilha Junina do Assentamento Santana.....	62
Figura 14- Mapa da Organização Socioespacial da sede do Assentamento Santana.....	63
Figura 15- Produção de cebolinhas com cobertura vegetal para proteção do solo.....	69
Figura 16- Espécies Frutíferas cultivadas nos quintais produtivos.....	71
Figura 17- Espécies vegetais cultivadas nos quintais produtivos.....	72
Figura 18- Plantio de Palma.....	73
Figura 19- Criação de galinhas.....	74
Figura 20- Criação de suínos.....	74
Figura 21 - Quintais produtivos com plantas ornamentais.....	75

Figura 22- Quintal produtivo situado em área próxima ao açude.....	76
Figura 23 – Plantio de Bananeira.....	77
Figura 24- Plantio de Tomates.....	77
Figura 25- Agricultor colhendo cenouras agroecológicas.....	77
Figura 26- Adubo orgânico.....	78
Figura 27- Processo de construção da Mandala.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAC – Camponês a Camponês

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COPAGUIA- Cooperativa de Produção Agropecuária Águia

CPA- Cooperativa de Produção Agropecuária

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EFA – Escola Família Agrícola

ETR- Estatuto do Trabalhador Rural

FHC- Fernando Henrique Cardoso

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA -Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Programa de Aceleração ao Crescimento

PCB - Partido Comunista do Brasil

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste.

PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

I PNRA - I Plano Nacional de Reforma Agrária

II PNRA - II Plano Nacional de Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CEARÁ.....	19
2.1 O Processo de ocupação do Estado.....	19
2.2 O coronelismo e as Gêneses dos Movimentos Sociais do Campo.....	21
2.3 Políticas Públicas de Reforma Agrária no Ceará.....	26
2.4 As Políticas dos Governos FHC e LULA.....	28
3 A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	34
3.1 O surgimento do discurso agroecológico frente à modernização do campo.....	34
3.2 O MST e a Transição Agroecológica.....	40
3.3 A Educação do campo no fortalecimento da agroecologia.....	45
4 ASSENTAMENTO SANTANA E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS.....	51
4.1 A luta pelo acesso à terra em Santana.....	51
4.2 Terra, trabalho coletivo e cultura em Santana	55
4.3 A transição e experiências agroecológicas em Santana.....	64
4.4 Os canais de comercialização.....	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos elementos para um debate sobre a Questão Agrária no Ceará e suas reconfigurações. Privilegiamos a análise da Agroecologia enquanto forma de enfrentamento aos problemas sociais e ecológicos do campo, enfatizando a busca de autonomia pelos camponeses.

No Brasil, a agricultura de base agroecológica ou em transição agroecológica é desenvolvida, sobretudo em áreas rurais de pequeno porte, com característica familiar. O Projeto de Assentamento Santana, fundado em 1986, foi a referência para avaliarmos se as técnicas de base agroecológica são de fato, socialmente justas, economicamente viáveis e ambientalmente corretas, bem como, o papel dessa filosofia de produção na busca pela soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, a Agroecologia surge como uma alternativa viável, a fim de conduzir o camponês à autonomia e fazê-lo superar a lógica que lhe é imposta pelo capital e ajudá-lo a criar outra lógica, pautada em matrizes de racionalidades que contemplem a família, a soberania alimentar e o respeito às pessoas e ao meio ambiente. Com esse desenho, o objetivo geral do trabalho é analisar o processo de transição agroecológica a partir das experiências do Assentamento Santana, Monsenhor Tabosa-CE.

O estudo da transição agroecológica em um Assentamento da reforma agrária no Ceará justifica-se pela necessidade de entendermos como esse processo ajudou na consolidação do território camponês. A análise geográfica sobre o tema proposto visa compreender também outra dimensão da luta pela terra: a luta para permanecer na terra.

O interesse no estudo da temática abordada está relacionado com o caminho trilhado em minha formação acadêmica. No ano de 2011, tive uma aproximação teórica e empírica com a realidade do campo através da disciplina de Geografia Agrária. No ano de 2012, participei de uma pesquisa sobre “*Bioenergia, Agricultura Familiar e Políticas de Desenvolvimento: Impactos Socioeconômicos da Produção de Biodiesel nas Regiões de Influência da Petrobras*” sob coordenação regional do professor Francisco Amaro Gomes de Alencar. A partir dessa pesquisa conheci várias áreas de assentamento do Estado do Ceará.

Posteriormente, tivemos uma maior aproximação da realidade agrária ao ingressar no projeto sobre *Campesinato, Ensino de Geografia e Escolas do Campo*, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científicas (PIBIC), vinculado ao Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Simbólicos (LEGES/UFC). Neste momento, debruçei-me sobre a problemática da Educação do Campo e sobre metodologias inovadoras no Ensino de Geografia, os quais resultaram no trabalho monográfico no ano de 2013.

Contudo, no ano de 2015, surgiu uma inquietação acerca da resistência de um campesinato agroecológico. Todas essas atividades citadas me auxiliaram no entendimento da Agroecologia, do campesinato, do território, do desenvolvimento capitalista, entre outros temas, incentivando-me a relacionar a Geografia com a Agroecologia e suas implicações sobre o território cearense, em minha pesquisa de dissertação.

Foi de nosso interesse científico lançar um olhar sobre a Agroecologia e pensar como estas práticas estão contribuindo para transformar o território camponês. Esta pesquisa buscou também colaborar com as demandas dos setores acadêmicos e dos movimentos sociais desenvolvendo este estudo “como um método de aprofundar o conhecimento e também como método de luta política” (STEDILE, 2007, p.18), pondo o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social no campo.

A questão agrária não se configura apenas pela propriedade e pela concentração de terras. Segundo Fernandes (2001), estão agregadas a outras questões, como a expropriação do homem do campo, sua luta pela conquista e permanência na terra e, deste modo, o acesso a formas de produzir que minimamente assegurem sua subsistência.

No cenário nacional, a produção agrícola tem se caracterizado pela inserção de tecnologia produtiva, como mecanização agrícola, uso de agrotóxicos, irrigação automatizada, melhoramento genético e, mais recentemente, uso de sementes transgênicas. Motivadas por interesses econômicos e políticos esse formato de produção, embora consiga atingir elevada produtividade, é socialmente excludente e com elevados impactos ambientais negativos, gerando uma “modernização” conservadora.

Dentre os problemas, é possível mencionar: erosão, perda do controle de produção, necessidade de aquisição de insumos cada vez mais caros, redução no valor dos produtos agrícolas, redução da mão de obra, exclusão da agricultura familiar, entre outros. De acordo com Primavesi (2012), a agricultura convencional tenta impor ao solo, o que é mais favorável para a indústria química e mecânica. O que reforça a ideia de que a agricultura foi alterada de forma a responder exclusivamente aos interesses econômicos.

A agricultura de base agroecológica surge então como contraponto à agricultura convencional, uma vez que tem dado as diretrizes necessárias para se desenvolver uma forma de produção que garanta a soberania alimentar e a conservação dos recursos naturais, principalmente do solo.

Agroecologia pauta-se na valorização do conhecimento popular; rural como modo de vida; preservação da cultura e da biodiversidade; questão de gênero e geração; educação rural; construção de novas relações como de mercado com bases éticas e solidárias e a

segurança e soberania alimentar (resgate de sementes crioulas, contra os transgênicos, democratização do acesso a recursos naturais, valorização da qualidade do alimento e da produção para o auto consumo) (LUZZI, 2007).

Neste contexto, um dos principais temas emergentes referentes à Agroecologia é a *transição agroecológica*, a qual procura problematizar sobre os caminhos a serem seguidos para se passar de um sistema de agricultura convencional a um sistema que pode ser considerado agroecológico.

Diversos autores procuram contribuir sobre a compreensão de transição agroecológica, destacamos Gliessman (2001) que parte da compreensão de agroecossistema como unidade básica de estudo e manejo agrícola. Esse autor propõe três passos básicos para consolidar o processo de transição agroecológica. 1) a redução e racionalização de insumos químicos, 2) a substituição de insumos e 3) manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos. O autor ainda complementa que em relação aos dois primeiros passos já existe um considerável volume de pesquisas e exemplos práticos, quanto ao terceiro passo, os avanços são incipientes e que estão apenas começando.

Para Caporal e Costabeber (2007) a *transição agroecológica* pode ser compreendida como um processo gradual de transformações no manejo dos sistemas agrícolas e na gestão dos recursos naturais a ele integrados, tendo como meta a passagem de um sistema convencional, caracterizado pelo uso mais ou menos intenso de insumos externos (sobretudo químico-industriais) a outro sistema que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica.

O contraste das relações capitalistas e tradicionais dos latifúndios se confronta com o trabalho cooperado da unidade familiar, das práticas agroecológicas, da diversificação de atividades produtivas, do trabalho fundamentado em princípios coletivos, na posse e no uso comum da terra e de outros bens como: máquinas, equipamentos, implementos e animais. Desse modo, o espaço agrário cearense vem sofrendo pequenas tessituras em sua malha fundiária e na sua estrutura socioeconômica através da territorialização camponesa nos espaços dos latifúndios.

A busca por entender a questão agrária e o processo de transição agroecológica nos levou as seguintes questões norteadoras: Como o campesinato tem mantido sua caminhada histórica na luta pela terra no Estado do Ceará? Como o discurso agroecológico chegou à pauta de reivindicação dos movimentos sociais? Quem são os sujeitos responsáveis pela transição agroecológica? Quais as mudanças e/ou permanências identificadas nas práticas

agrícolas do Assentamento Santana? Essas questões colocam em movimento a atualidade do debate acerca do assunto estudado.

A partir destas indagações apresentamos como objetivo geral, analisar o processo de transição agroecológica no Assentamento Santana, CE. Para isso, buscamos revelar alguns objetivos específicos, são eles:

- Apresentar contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Ceará;
- Compreender como o discurso agroecológico se fortaleceu diante da modernização do campo;
- Entender como as práticas agroecológicas no Assentamento estão proporcionando melhorias para as famílias camponesas.

Para responder tais objetivos, apoiamos-nos nas proposições de natureza metodológica qualitativa, através de pesquisa exploratória, uma vez que essa abordagem nos permitiu uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa. Na primeira etapa fizemos um levantamento bibliográfico através de revisão em livros, teses, dissertações e periódicos.

A segunda etapa foi a realização dos trabalhos de campo durante o ano de 2016, no mês de outubro e, em 2017 no mês de maio. O trabalho de campo desenvolvido ocorreu a partir de visitas às residências que se destacam na produção agroecológica, relacionando-as com os aspectos socioculturais e histórico-políticos dos camponeses.

Assim, buscamos compreender como se deram as estratégias dos camponeses para manterem-se em seus territórios e desenvolverem as experiências agroecológicas, pontuando o papel desses sujeitos sociais no processo de reorganização territorial realizamos entrevistas semiestruturadas com os camponeses.

Com as respostas dos camponeses aos questionamentos, analisamos as questões que envolvem o surgimento, disseminação e manutenção das experiências agroecológicas, destacando a multiplicidade de manejos, ideais, estratégias e as diferenças existentes entre os sujeitos, diferenças no acesso às políticas públicas, como as dificuldades que são variáveis em cada unidade de produção.

O texto dissertativo está organizado em quatro sessões. A seguir, será apresentado o esboço do que vislumbramos como representação do capítulo segundo, terceiro e quarto, pois a parte introdutória aqui exposta conta-se como primeiro capítulo.

No capítulo segundo, titulado *Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Ceará*, apresentamos uma discussão acerca dessa temática, fazendo uma análise da luta pela

terra a partir da criação dos Movimentos Sociais do campo e das políticas de Reforma Agrária no Ceará.

No capítulo terceiro, *Agroecologia Como Paradigma do Desenvolvimento Rural Sustentável*, abordamos a discussão sobre a modernização do campo e o surgimento do discurso agroecológico no Brasil como forma de enfrentar a territorialização do capital no campo brasileiro.

No quarto capítulo, *Assentamento Santana e as Práticas agroecológicas*, fizemos um estudo de caso do Assentamento Santana enaltecendo a luta pela terra, trabalho coletivo e cultura. Além da análise da transição e práticas agroecológicas, foram verificados também os canais de comercialização do excedente da produção das famílias camponesas de Santana. Por fim, construímos as *Considerações Finais*.

2 CONTRIBUÇÕES AO ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CEARÁ

2.1 O processo de ocupação do Estado

A Questão Agrária no Ceará pode ser entendida a partir da compreensão dos fatos históricos. Analisar o processo de colonização e ocupação do estado é primordial para entendermos a estrutura fundiária concentrada que se tem hoje.

No período colonial, pecuária e povoamento do sertão estiveram intimamente ligados. A partir dos engenhos de cana-de-açúcar, localizados no litoral nordestino, foi possível aos pecuaristas que aqui habitavam adentrar o sertão da colônia e iniciar o povoamento dessa região.

No início do século XVIII, “quando o Brasil alcançava bons resultados com a exportação da cana-de-açúcar, a coroa proibiu a criação de gado na faixa contida desde o litoral até a distância de 10 léguas.” (SILVA, 1994, p. 81). A partir da Carta Régia de 1701, delimitaram-se legalmente as fronteiras da criação de gado, pois a intensa demanda de animais de trabalho e o paulatino aumento do consumo de carne impulsionaram definitivamente a expansão da pecuária, o que motivou a separação entre currais de gado e os engenhos de cana de açúcar.

Embora a pecuária fosse uma atividade econômica secundária, ela era fundamental no abastecimento da zona da mata nordestina. Então, diante da necessidade de desbravar novas terras para a implantação dos currais de criação de gado os pecuaristas avançaram pelo sertão cearense e se fixaram na região semiárida.

O processo de ocupação do semiárido se deu mediante a apropriação de grandes extensões de terra, para a instalação das grandes propriedades destinadas à criação de gado, como uma atividade complementar a principal atividade econômica da época. (DINIZ, 2009, p.40).

A expansão da pecuária desenvolvida era extensiva, com o gado criado solto, o que exigia extensas porções de terras e requeria pouca mão de obra. Pode-se destacar, assim, que a grande propriedade é reflexo dessa atividade que até hoje se faz presente na estrutura fundiária cearense.

Para Diniz (2009), a concentração de terra é um traço marcante da estrutura fundiária cearense desde o período colonial com o regime das sesmarias, doações de grandes extensões de terras voltadas à pecuária, surgindo assim os grandes latifundiários.

A pecuária favoreceu o povoamento do território cearense, essa atividade atraiu muitos latifundiários, porque não exigia muitos investimentos e não utilizava mão de obra escrava, diferentemente dos engenhos de cana-de-açúcar da zona da mata. Nesse contexto é que surgiu a figura do vaqueiro.

vaqueiro era o responsável pela fazenda, não recebia salário em dinheiro. Sua remuneração correspondia a um quarto da produção da fazenda, pois em cada quatro bezerros que nasciam, um lhe pertencia e os outros três eram do proprietário. Ao apartar, podia o vaqueiro vender os animais ao fazendeiro ou formar sua própria fazenda. (ANDRADE, 1986, p.122).

A figura do vaqueiro foi de suma importância para a configuração das fazendas no Ceará. A criação de gado tornou-se a principal atividade do Estado, além disso, era possível conciliá-la com a agricultura de subsistência. Era, portanto, uma atividade que rendia bons lucros para os fazendeiros. O único prejuízo de capital que havia no processo se dava no transporte do gado vivo, o qual perdia muito peso e alguns até morriam antes de chegar ao consumidor final. Como solução a esse problema foi implantada as charqueadas, as quais o gado era abatido e a carne processada com a técnica do salgamento. As condições naturais do território cearense, de sol e ventos abundantes, eram propícias à indústria de charque, a qual ganhou notoriedade e fez com que cidades como Icó, na bacia do Salgado, e Aracati, no litoral, assumissem um crescimento significativo para a época (SILVA, 1994).

A criação do gado foi primordial também para o desenvolvimento da cultura algodoeira no Ceará, porque não necessitava de muita mão de obra, liberando tempo para os trabalhadores se dedicarem à produção do algodão.

A cultura do algodão tomou impulso no Nordeste brasileiro e no Ceará, particularmente, sob o aspecto de atividade econômica de maior expressão a partir da Revolução Industrial e da Guerra de Secessão norte americana de 1861. Menezes (1995, p. 86) destaca que: “o desenvolvimento da lavoura algodoeira não fez desaparecer a pecuária extensiva. Elas coexistiram e ao lado da expansão da lavoura do algodão foi necessário procurar maiores áreas para a criação do gado”.

A partir do século XIX, o algodão se estabelece como cultivo importante ao lado da criação de gado, verificando-se um regime de parceria, cujo cultivo do algodão se associa ao cultivo do milho, feijão e mandioca. O camponês morava na fazenda do patrão, pagando renda com parte da produção ou em dias de trabalho, e assim mantinha uma relação de dependência e subordinação consubstanciada na gratidão e no favor, num quadro de mando e de miséria.

O algodão foi considerado uma cultura democrática por não demandar muitos investimentos e trabalho durante o seu cultivo, ao mesmo tempo em que permitia a lavoura de subsistência. Percebendo essas vantagens, os fazendeiros logo abriram espaço para o cultivo do algodão por camponeses. No consórcio entre gado e algodão emergiram relações sociais de trabalho como a parceria, a meia e a morada de favor e, de outro lado, a figura do coronel (ANDRADE, 1986).

O morador de favor e o coronel foram sujeitos históricos fundamentais para a constituição das relações sociais que marcaram a história do sertão cearense. As relações de trabalho estabelecidas excediam, em muito, o vínculo empregado-patrão. Havia relações de subordinação, mas também de apadrinhamento, de lealdade e de proteção mútua. Isso tornava a questão das relações de trabalho e subordinação camponesa muito mais complexa, pois mascarava interesses antagônicos.

2.2 O Coronelismo e A Gênese dos Movimentos Sociais do Campo

O Estado do Ceará foi marcado pela atuação dos coronéis, figura essa que exerceu forte dominação sobre os camponeses dos sertões cearenses no século XX.

A patente de “coronel” surgiu em 1931 a partir da Guarda Nacional. Durante a República Velha, o governo passou a conceder títulos aos grandes latifundiários que financiavam a Guarda Nacional. Segundo Leal, (1975), o coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do seu prestígio econômico e social.

O coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto de cabresto”, isto é, o eleitor e o seu voto ficavam sob a tutela dos coronéis, que dispunham como coisa sua (MARTINS, 1990).

No entanto, a dominação do coronel baseava-se em tripla fundamentação: econômica, ideológica e política. A posse de muitas terras e de recursos para investir na propriedade, por sua vez, sustentava a ideologia por parte dos camponeses de que o coronel era um homem bom, que dava a terra para plantar e em troca o camponês devia-lhe trabalho, gratidão, respeito e lealdade. O outro pilar de sustentação da dominação tradicional no sertão foi o papel político do coronel, que era visto como um homem bem relacionado e que tinha “amizades” com políticos, juristas e militares. Era uma ponte necessária entre o camponês ignorante, pobre e imerso em exclusões de diversas naturezas e o mundo exterior (BARREIRA, 1992).

Além disso, era o coronel quem apadrinhava os filhos dos moradores e conforme Martins (1990), essa trama religiosa e de compadrio, cujo camponês colocava seu filho sob a tutela e proteção do fazendeiro-padrinho tecia uma teia de relação de lealdade.

Tudo isso mascarava a exploração a que o camponês estava submetido. Portanto, o elemento que possibilitava ao proprietário mantê-los sob controle estava na própria submissão.

O coronel geralmente tinha terra, dinheiro e poder, além de usar meios como apropriação da renda camponesa, intensificação de jornada de trabalho e todas as decisões relacionadas ao uso da terra e da água. Sobre essas condições, buscava garantir a continuidade desse processo de apropriação das riquezas geradas pelo camponês por meio de mecanismos de dominação.

O poder do coronel ficava evidenciado nos períodos eleitorais. O voto no sertão significava uma moeda de troca para o camponês, este votava no candidato do patrão, isso era a única coisa que precisava saber sobre o candidato (BARREIRA, 1992).

Porém, fissuras no coronelismo aconteceram a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970. Nesse período, muitos coronéis cobravam dos camponeses uma renda exorbitante, cerca de cinquenta por cento da produção, contrariando a Lei 4.504 de 30/11/1964, o então recém-decretado Estatuto da Terra, gerando conflitos no interior das fazendas e ameaçando o poder dos mesmos.

Os conflitos surgiram em virtude do pagamento da renda da terra aos proprietários rurais que cobravam dos moradores a metade do que produziam e ainda exigiam a obrigação de trabalhar três dias para o patrão. Conforme Barreira (1992), este tipo de cobrança de renda nos anos 1960 a 1970 foram os responsáveis pelo maior número de embates por terra no Estado.

Nessas duas décadas, ocorreram conflitos que assinalaram profundas mudanças na dominação tradicional do sertão. Segundo Barreira (1992, p.38), “as desavenças desenrolaram-se de forma isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos, no interior de cada fazenda, e tinham como característica comum o confronto direto entre os moradores de condição e o proprietário das fazendas”.

Os conflitos emergiam a partir do momento em que os moradores, munidos do Estatuto da Terra, começaram a buscar seus direitos, entre eles a luta pela terra e a diminuição do pagamento da renda da terra. A luta para que o pagamento fosse conforme o previsto no Estatuto, que era de 10% para o proprietário, quando concorria somente com a terra nua, e não de 50% como historicamente era cobrado pelos coronéis latifundiários. Assim, começou um

período de intensas lutas que não só combateu a “renda da meia” ou “renda justa”, mas que também trouxeram modificações no regime de posse e uso da terra. (DINIZ, 2009).

Segundo Alencar e Diniz (2009), foi nesse contexto que emergiram os conflitos e as resistências às expulsões ou aos despejos no Ceará. Um dos conflitos de grande repercussão ocorreu na Fazenda Japuara, Município de Canindé de 1968 a 1971. Esse conflito terminou com a desapropriação da fazenda, embora assentada em um processo controlado pelas classes dominantes, como forma de frear os conflitos de classes existentes. Porém, ocorreu um ganho social e, principalmente, político que se materializou no começo da territorialização da reforma agrária, no início da década de 1970. Com isso, incentivou outros moradores a lutar pela “renda justa” e, conseqüentemente, contra o processo de expulsão.

O coronelismo consagrou um sistema eficaz de exclusão política, de subordinação do trabalho camponês. Nessa perspectiva, os abusos cometidos contra os camponeses e o respaldo jurídico do Estatuto da Terra foram os fatores que influenciaram os primeiros ensaios contra a ordem estabelecida dos coronéis e incitaram a rebeldia dos camponeses.

A trajetória do camponês no Ceará revela situações de resistência ao processo de exclusão e de exploração. No processo de luta por justiça, as vitórias foram fortalecendo o surgimento de lideranças camponesas e de seus mediadores.

Nas primeiras décadas do século XX, no Nordeste, tornaram-se cada vez mais comum a expulsão, perseguição e morte de camponeses que se opunham aos mandos dos coronéis. Seu poder estava tão estabelecido, ligado às instâncias administrativas da República, com controle de juízes e da polícia, que a rebelião foi uma das poucas alternativas encontradas pelos camponeses.

Várias formas de resistência surgiram contra o coronelismo e o latifúndio que expropriavam e oprimiam. O messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, que já indicam uma situação de desordem nos vínculos tradicionais de dependência do sertão. Porém, a partir dos anos de 1940, com as ligas camponesas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais surgem as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses (MARTINS, 1990).

As ligas camponesas surgiram por volta de 1945, eram ligadas ao partido comunista, e tinham como objetivo organizar os camponeses para se opor e resistir à expropriação e expulsão da terra e à recusa ao assalariamento. Esse movimento, muito forte no Nordeste do Brasil, intensificou-se na década de 1950. Foi fundado na luta por mudanças das relações de trabalho, principalmente na produção de cana de açúcar.

Muitos trabalhadores da cana de açúcar recebiam pequenas parcelas de terra dentro dos engenhos para moradia e produção alimentar. Com o aumento do foro (uma quantia anual paga ao proprietário para morar e produzir nas fazendas), essas relações foram sendo rompidas e, muitas vezes, houve a negação da concessão de terras para o trabalhador (MEDEIROS, 1989).

Com o golpe militar em 64, os movimentos de luta pela terra foram reprimidos violentamente e suas lideranças camponesas desapareceram. De fato, como relata Martins (1990), os movimentos sociais que deram origem à luta pela terra no Brasil, as Ligas Camponesas, no Nordeste, Trombas, em Goiás e a Revolta Camponesa de 1957, no sudoeste do Paraná, constituem tentativas de rupturas com o modo conservador e reacionário de fazer política.

No Brasil, intensificaram-se a luta pela terra e a exigência de uma reforma agrária no campo, além dos trabalhadores rurais outros atores também participaram dessa organização. Tiveram papel decisivo o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica.

A Igreja Católica representada por uma corrente que surgiu em seu interior, denominada Teologia da Libertação - na década de 1960 - como movimento teológico que pretendia adequar a Igreja Católica Latino-Americana à realidade social e cultural - teve importante papel na facilitação, organização e consolidação de vários movimentos sociais.

De forma efetiva, a Teologia da Libertação consubstanciou-se num paradigma para a organização dos movimentos sociais e para participação política dos oprimidos. Para isso, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram espaços ricos para a socialização política e conservação da organicidade dos grupos subalternos. Nesses microespaços eram desenvolvidos o conceito de autonomia e libertação a partir de leituras de passagens bíblicas e da análise da problemática social na qual os integrantes estavam inseridos. (NUNES, 2012, p.47).

A luta pelos direitos é uma negação de uma ordem estabelecida. No sertão cearense, essa luta aponta para uma nova visão da sociedade: é a luta pelo direito de viver dignamente e de ter terra para trabalhar.

No Ceará, a partir da década de 1960 e especialmente na década de 1970, o campo cearense foi alvo de profundas fissuras nas relações sociais mantidas entre fazendeiros/patrão e camponeses/trabalhador. Motivados pela igreja católica e o PCB, os camponeses ingressaram nos Sindicatos Rurais expandidos no campo após o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, e demonstraram disposição para o questionamento de suas condições de vida.

A presença de novos mediadores apontou um novo momento político no campo. Com o acirramento das disputas entre camponeses e proprietários de terra, a partir de 1970,

ficaram evidentes novas formas de mediação, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), da ação da Igreja Católica através das CEBs e pela ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representando uma resposta do Estado às reivindicações camponesas.

O objetivo dos STRs foi de divulgar os direitos e fiscalizar, cobrando o cumprimento das leis. Outro papel desempenhado pelo sindicato foi o de controlar a violação dos contratos estabelecidos. Não só os sindicatos, mas também a igreja, através das CEBs, desempenharam um papel fundamental na tentativa de nortear o pensamento que “todos são iguais”, o que implica que todos devem ter os mesmos direitos (DINIZ, 2009).

Nessa perspectiva, o trabalho da igreja, através das CEBs, levou o camponês a outra dimensão, a da conscientização dos seus direitos. Enquanto os sindicatos rurais trabalhavam o direito ligado às leis trabalhistas, a igreja trabalhava uma dimensão mais utópica, o direito fazendo parte de uma dimensão humano-cristã. Entretanto, essa dimensão não anula a possibilidade das CEBs se engajarem na luta pelos direitos de forma concreta.

Os principais mediadores da luta pela terra no Ceará tem sido a igreja católica via Comissão Eclesial de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) que intensificam e pressionam o poder público, via ocupações de terras e acampamentos, pela desapropriação de novas áreas. Embora com inserções diferenciadas na luta pela terra, esses movimentos sociais e organizações de representação camponesa estão ampliando as condições para que os camponeses se organizem na luta contra as injustiças sócias, pela autonomia no trabalho, por direitos adquiridos e pela terra. (OLIVEIRA, 2005, p.140).

A diversidade das lutas pela terra é ampliada e fortalecida com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Ceará em 1989, principalmente, pela incorporação de lutas como a ocupação dos latifúndios. Essas ações fazem parte do processo histórico de resistências e de confrontos dos povos do campo no Ceará. Afirmamos que os conflitos agrários nesse estado nordestino sempre existiram, na história da formação social do campesinato cearense.

A trajetória de luta e resistência camponesa se manifesta em diferentes formas e vai se modificando em função do avanço da própria luta. Nesse contexto surgiu o MST, primeiramente no Paraná e depois se territorializou por outros estados do Brasil. No contexto do Ceará, Alencar e Diniz (2010), explicam que:

O Movimento se territorializou no Ceará através das ocupações e dos assentamentos, melhor dizendo, através da luta ocupou uma fração do espaço caracterizado historicamente pelo latifúndio, gerando uma nova forma de organização tendo como base na cultura camponesa que se traduz nas atividades econômicas, na diversificação da produção agrícola e na força de trabalho familiar.

O contraste das relações capitalistas e tradicionais dos grandes latifúndios se confronta com o trabalho cooperado da unidade familiar, das práticas agroecológicas, da diversificação de atividades produtivas, do trabalho fundamentado em princípios coletivos, na posse e no uso comum da terra e de outros bens, como máquinas, equipamentos, implementos e animais. Desse modo, o espaço agrário cearense vem sofrendo pequenas tessituras em sua malha fundiária e na sua estrutura socioeconômica através da territorialização camponesa nos espaços dos latifúndios. (ALENCAR; DINIZ, 2010, p.147).

Segundo Diniz (2009), o MST trouxe consigo a contribuição das CEBs, mas assumindo autonomia, aflorou, também, como fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. Esse movimento recuperou as experiências das lutas pela terra, reivindicando serem herdeiros dos movimentos tais como Canudos, Contestado, Caldeirão e as Ligas Camponesas.

A importância da institucionalização da questão agrária estava no fato de o Estado ser obrigado a agir na legalidade, que embora não tenha representado a realização de todas as reivindicações dos trabalhadores, significou um avanço na conquista dos direitos dos camponeses.

2.3 As Políticas Públicas de Reforma Agrária no Ceará.

No contexto do espaço agrário brasileiro, a intervenção do Estado se evidenciou nos planos de desenvolvimento voltados para promover políticas públicas de acesso à terra, de fortalecimento da agricultura familiar e que seriam transformadoras, progressistas, mas que na realidade foram executadas de modo a conservar as estruturas de reprodução capitalista, como podemos analisar as Políticas Públicas de Reforma Agrária no Ceará.

O Estado lançou propostas de políticas públicas que visavam a atender o acesso à terra. Para isso, o governo lançou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) em 1971. O programa tinha como objetivo financiar a compra de terra por camponeses. As principais ações do PROTERRA eram definir áreas prioritárias em cada estado da federação, discriminar as propriedades com área igual ou maior a 1000 ha que não fosse empresa rural e, a partir de então, convidar os proprietários a aderirem ao programa, os quais escolheriam a parcela que iriam vender (ALENCAR, 2005).

O PROTERRA foi um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, de 1964, porque previa a desapropriação por interesse social através do pagamento de indenizações em dinheiro e não em Títulos da Dívida Agrária, ou seja, uma reforma a favor dos latifundiários.

Segundo Oliveira, (2012, p.48)

Todos os proprietários de terras com área igual ou superior a mil hectares, situadas nessas áreas, o governo deu um prazo de 180 dias para que apresentassem projetos de participação no Proterra. O dono da fazenda ficou encarregado de apresentar um projeto de venda e aproveitamento de uma parcela das terras, podendo escolher a área a ser cedida. Apresentando o projeto ao Incra, depois de aprovado, o proprietário receberia uma prévia e justa indenização em dinheiro pelas terras, que seriam vendidas a pequenos agricultores pelo banco do Brasil.

Dessa forma, é fácil perceber que não houve reforma agrária pensada a partir do Estatuto da Terra, mas sim a possibilidade de um lucrativo negócio para os latifundiários que com a venda das piores parcelas de seus terrenos puderam levantar capital para investir em outras áreas e consolidar o seu poder econômico.

Para Alencar (2005), em doze anos de atuação no Ceará, de 1973 a 1985, o PROTERRA financiou 265 imóveis com área total de 235.060 ha, beneficiando 2.183 famílias. No entanto, esse resultado na maioria dos casos não foi sinônimo de melhoria na qualidade de vida dos camponeses, pois geraram assentamentos sem nenhuma estrutura, sem água e energia.

Diante desse quadro, foi colocada em questão pelos movimentos sociais a urgência de uma reforma agrária de fato, que não privilegiasse políticas compensatórias e paternalistas, mas que fosse um instrumento de desenvolvimento rural brasileiro. Nesse sentido, foram implantados em 1985 o I Plano Nacional Reforma Agrária (PNRA) e o I Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (PRRA-CE).

Na década de 1990, a política pública para o setor agrário se baseou no fortalecimento do agronegócio, e para os camponeses novamente sobraram as políticas compensatórias. O foco do governo foi a indústria e o turismo, ficando os camponeses à margem das políticas de desenvolvimento. Novamente as políticas de compra e venda de terras foram privilegiadas e projetos de reforma agrária solidária foram implantados em parceria com o Banco Mundial.

A reforma agrária solidária foi uma proposta de reforma agrária pacífica, de caráter complementar às desapropriações de terra e com base na lógica do mercado compra e venda da terra. A partir de 1997, quatro desses programas foram implantados no Ceará, foram eles: Projeto São José, Projeto Cédula da Terra, Programa Banco da Terra e o Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Os quais financiaram a aquisição de 289 imóveis que correspondem a 0,21% dos imóveis rurais no estado em uma área de 180.714,46 ou 1,93% do território rural, atendendo a 4.538 famílias (ALENCAR, 2005).

Na década de 2000, especialmente após 2003, quando foi lançado o II PNRA e II PRRA-Ceará, as políticas públicas para o campo foram voltadas para a melhoria da qualidade dos assentamentos em detrimento da quantidade. Assim, foram avanços desses programas.

Na perspectiva de analisarmos o cenário agrário nas últimas décadas, foi necessário fazer um recorte histórico das políticas públicas e incentivos à reforma agrária dos governos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do presidente Luís Inácio Lula da Silva (LULA).

2.4 As Políticas dos Governos FHC e LULA

No Brasil, entre os anos de 1995 a 2003 teve início o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Foi presidente por dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003), representando os ideais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no poder. Antes de buscarmos compreender no que consistiu esta conjuntura para a realidade do campo brasileiro, vale resgatar o contexto mundial no qual se inseriu os seus dois mandatos.

O governo de FHC assumiu um projeto de desenvolvimento político e econômico para o Brasil baseados em princípios neoliberais. O neoliberalismo consistiu em reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar social, contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte de Estado (ANDERSON, 1995).

A expansão do ideário neoliberal na última década do século XX consolidou um processo definido por Oliveira (2013) de mundialização do capitalismo monopolista, unindo países em estágios de industrialização desiguais em uma suposta relação de igualdade entre mercados, com o objetivo de internacionalizar as economias nacionais através da criação de empresas mundiais.

No Ceará, iniciava-se o programa de governo *Ceará avançando nas mudanças: Plano de Desenvolvimento Sustentável* de Tasso Jereissati (1995 – 1998). Seguindo as medidas neoliberais assumidas nacionalmente neste programa, estavam indicados os planos de desenvolvimento socioeconômico e de modernização do Estado do Ceará para as próximas décadas, até 2020. Um programa de visão de futuro capitaneado por um grupo que ascendeu hegemonicamente na política do Estado no final da década de 1980, e que garantiria a efetivação dos interesses da classe representada, a “elitemudancista” dos jovens empresários vinculados ao setor industrial (GONDIM, 1995).

No espaço agrário, as estratégias do Governo do Estado abarcaram as esferas da *dinamização da agricultura em base empresarial* e do *acesso à água e convívio com o semiárido*, expandindo as ações de combate à pobreza rural por intermédio da modernização da agricultura tradicional, garantia de oferta permanente de acesso à água e geração de emprego. Neste sentido, houve um maior investimento direcionado para a agricultura irrigada, com a criação de perímetros irrigados com foco para o agronegócio exportador, através dos *Projetos de Desenvolvimento dos Agropólos* e apoio à pequena irrigação, pelo *Projeto Caminhos de Israel* (ALENCAR, 2005).

Quanto à democratização da posse e uso da terra, a Ação Fundiária direcionou sua estratégia para agilizar os instrumentos de regularização, reordenamento e reassentamento fundiários. No plano de execução de reforma agrária encontravam-se, em plena execução, os projetos de aquisição de terra através da compra e venda por meio dos programas Cédula da Terra, Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural.

Em síntese, após oito anos de governos FHC e Tasso estiveram sincronizados nos planos políticos e econômicos. Ambos, “arrumaram a mesa” e serviram os melhores incentivos para abancar o capital mundializado na agricultura sob a prerrogativa da modernização. Para tal, utilizaram-se de recursos similares para que parte da população, carente de condições básicas como terra, trabalho e dignidade, “comprassem” o discurso pró-mercado.

A esperança para a melhoria da questão agrária veio com a ascensão de um partido mais próximo dos movimentos sociais e com um candidato mais progressista, como era o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), com Luis Inácio Lula da Silva na presidência.

Tanto a base popular esperançosa quanto parte dos proprietários de terra e capital temerosos havia cristalizado o ideário político-partidário do PT do final do século XX. Se, de um lado, Lula asseverasse aos movimentos sociais que “se um dia eu for presidente da República do Brasil e puder fazer apenas uma única coisa, podem ter a certeza que essa coisa será a reforma agrária”. Do outro lado, no lançamento da Carta ao povo brasileiro (2002, p. 3), o futuro presidente já sinalizava a opção partidária de manter inalterada a estratégia neoliberal de desenvolvimento introduzida por Fernando Henrique Cardoso, afirmando “naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país, (...) uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar e (...) preservar o superávit primário quando necessário for”.

Conforme Singer (2012), a chegada do PT ao governo no ano de 2003 pode ser compreendida a partir da atitude conciliatória assumida por Lula. Evitar o confronto direto

contra o grande capital, adotando uma política econômica à direita – ajustes fiscais, reforma previdenciária, pagamento da dívida externa – sem abrir mão de medidas à esquerda – programas sociais de combate à pobreza. Nas palavras deste mesmo autor (2012, p.21), “um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem”.

Atrelado à diversidade de instrumentos de obtenção de terras, as condições para a permanência e manutenção da vida das famílias no campo envolveriam, também, “a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade” (BRASIL, 2004, p.8).

Na instância estadual, o programa de governo de Lúcio Alcântara (PSDB) *Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social Ceará vida melhor*, com duração de 2003 a 2006, previa a implantação de ações socioeconômicas de maneira articulada com vista ao crescimento com inclusão e equidade social. O plano estruturado definiu quatro eixos de ação capazes de provocar grandes mudanças para a população do Ceará, apoiando no desenvolvimento sustentável: Ceará Empreendedor, Ceará Vida Melhor, Ceará Integração e Ceará – Estado a Serviço do Cidadão (PINTO, 2016). As ações direcionadas para o espaço rural, previstas nos objetivos *estimular a indústria exportadora* do agronegócio por meio dos agropólos, *promover o desenvolvimento do meio rural* fortalecendo as atividades tradicionais.

Neste interstício, no Ceará, o governador eleito Cid Gomes assume com o plano de governo *Plano de Desenvolvimento Justo e Solidário: novo jeito de fazer*, para ser executada no quadriênio de 2007 a 2010. Este plano articula-se com o projeto nacional através da organização do território para favorecimento do fluxo de capital como realização de obras de infraestrutura logística e energética, subsidiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O plano *Novo Jeito de Fazer* concentra componentes voltados para o espaço rural na área de Desenvolvimento Econômico, composta pelas quatro subáreas; Emprego e Renda, Micro e Pequenas Empresas, Desenvolvimento Rural e Turismo Sustentável. Aliando o desenvolvimento ao discurso da conservação ambiental, o plano de governo previa objetivos voltados para pequena produção familiar com base na agroecologia e, concomitantemente, incentivo ao aumento da produção e da produtividade agrícola incorporando inovações tecnológicas, levando qualidade de vida.

Em suma, a conjuntura inaugurada no primeiro governo Lula, após uma década de governos neoliberais, foi se definindo a partir da necessidade de manutenção da governabilidade do PT no poder institucional. Isto gerou certa incompreensão por parte de sua

base de apoio em virtude da política implementada por seus governos, estando muito aquém das expectativas das principais organizações e movimentos sociais.

Após oito anos, Lula engatou dois mandatos bastante controversos. Enquanto uns afirmam ter havido um rompimento com o ideário neoliberal, denominado de governos pós-neoliberais, outros acreditam ter ocorrido um “desenvolvimento de inclusão” típico de um governo neodesenvolvimentista que “destravou o capital”, mas não abriu mão de medidas sociais. Há aqueles que são categóricos quando afirmam ter ocorrido um continuísmo neoliberal, fomentado por FHC e, não só mantido por Lula, como aprofundando em seus governos (CARCANHOLO, 2010).

Ocorre que não há dúvidas quanto aos investimentos para a não realização da reforma agrária em seu governo. Não por uma suposta traição do Partido à sua base aliada, mas pela própria correlação de forças que estruturam o Estado e diante dos arranjos políticos que conduziram a construção de um projeto para atender os interesses do capital, como identificado em Gomes e Pinheiro (2007, p.37).

A questão do acesso à terra ainda tem muito a avançar, sendo essa ainda a primeira pauta das discussões dos movimentos camponeses. No entanto, outra frente de luta tem sido a promoção de estratégias de fortalecimento da agricultura camponesa, visando à melhoria da qualidade de vida e aumento da renda nos assentamentos já conquistados.

Apesar da importância da agricultura camponesa brasileira, historicamente, este setor foi sempre excluído das políticas públicas, uma vez que os recursos estatais são direcionados às grandes propriedades monocultoras de produtos destinados, sobretudo, à exportação. Neste sentido, os estímulos recebidos por parte do Estado asseguraram a modernização e a reprodução da grande propriedade inserida no contexto do agronegócio, fazendo com que a agricultura camponesa ocupasse um lugar subalterno na sociedade.

A partir dos anos 1990, a agricultura camponesa no Brasil começou a ter reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, através da formulação de políticas a seu favor. De forma geral, pode-se dizer que até então não havia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, para os agricultores familiares (BERGAMASCO, 2014).

A constatação e o reconhecimento da existência de um setor da agricultura, em que predominava o trabalho familiar, que genericamente associava família, trabalho e produção, passaram a exigir ações por parte do Estado, em especial, a formulação de programas de políticas públicas.

No Brasil, programas e políticas públicas foram lançados para o fortalecimento do campesinato e melhorias para promover a soberania alimentar. O Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são exemplos significativos regidos pelo princípio do Direito Humano à Alimentação, inscrito em nossa Constituição.

O PAA é uma proposta nascida no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2003. Representa o preenchimento de uma lacuna da política agrícola brasileira. Trata-se de uma ação estruturadora, dirigida à agricultura familiar produtora de alimentos, combinada com a provisão de alimentos aos grupos sociais diretamente afetados pelo risco da insegurança alimentar (CONSEA, 2017).

O PAA foi criado com objetivo de incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social por meio do consumo e da valorização dos alimentos produzidos pelos agricultores; fomentar o acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o abastecimento alimentar, por meio das compras governamentais e da alimentação escolar e incentivar a formação de estoques públicos de alimentos por agricultores familiares, suas cooperativas e suas associações, fortalecendo os circuitos locais e regionais de comercialização de alimentos (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008).

O caráter inovador do Programa de Aquisição de Alimentos reside na resposta aos anseios na busca por equidade, o qual trata os desiguais na medida de sua desigualdade. O art. 19 da Lei 10.696 de 2003 garantiu a base legal para que a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar também fosse possível com dispensa do procedimento licitatório. Portanto, o PAA busca criar condições necessárias para a agricultura familiar participar do mercado institucional (CONSEA, 2017).

Outro programa que destacamos é o Programa Nacional de Alimentação Escolar. É outro exemplo de política pública que contribui positivamente para a construção de Sistemas Alimentares Sustentáveis. O PNAE atende a escolas no país com a garantia de pelo menos 30% dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar.

O estabelecimento de políticas públicas mostra-se fundamental para preservar integralmente a soberania do Estado brasileiro para que siga consolidando e avançando numa estratégia de Soberania e Segurança Alimentar.

Segundo Schmitt e Grisa (2013), essas ações contribuem para a construção da agroecologia em alguns aspectos em comum, tais como: possibilitam o fortalecimento das práticas extrativistas e da reprodução social de quem vive destas, promovendo a sustentabilidade; permitam verificar que produtos do extrativismo e os adquiridos pelo PAA e PNAE apresentam enraizamento cultural nos territórios; contribuem para resgatar e valorizar

alimentos locais, conhecimentos tradicionais, práticas culturais e alimentares; possibilitam o acréscimo em ambos os programas de 30% nos preços de referência para os alimentos produzidos de modo agroecológico.

Nesse contexto, a Agroecologia é capaz de conduzir mudanças sustentáveis nos sistemas agroalimentares, reconhecendo os saberes e direitos dos camponeses no acesso e cuidado dos bens da natureza.

Diante do quadro de expansão do modelo neoliberal de agricultura no Brasil apoiado pelo Estado, a opção pela Agroecologia sai de uma estratégia de sobrevivência e passa para uma dimensão política de recriação do campesinato e opção por um desenvolvimento com respeito aos direitos dos povos do campo à soberania alimentar.

3 AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

3.1 O surgimento do discurso agroecológico frente à modernização do campo

Para discutir a Agroecologia, deve-se retornar aos anos 60 quando os países latino-americanos se engajaram no projeto denominado Revolução Verde. Este projeto foi implantado nos países desenvolvidos logo após a Segunda Guerra Mundial e tinha como pressuposto o aumento da produtividade agrícola.

A Revolução Verde trouxe para a agricultura dos países latino-americanos transformações técnico-científicas. Como a utilização de máquinas (tratores, semeadoras hidráulicas, colheitadeiras, entre outras), agrotóxicos, fertilizantes químicos, corretivos de solo, pulverização aérea e sementes híbridas. Fato que favoreceu a expansão do capital no campo, priorizando as classes hegemônicas.

Segundo Martine (1990), a modernização tecnológica e a mudanças das bases produtivas da agricultura vinham se desenvolvendo desde o pós-guerra, mas ganhou força na década de 1960. Nessa nova etapa, a agricultura atravessou um processo radical de transformação com base em sua integração à dinâmica industrial de produção e a constituição de complexos agroindustriais e, assim, a base técnica da produção agrícola foi profundamente alterada.

A Revolução Verde veio acompanhada dos desequilíbrios ambientais, da dependência de insumos externos e, principalmente, da exclusão dos camponeses que não têm condições financeiras de arcar com os custos das sementes melhoradas, bem como dos adubos, agrotóxicos e materiais de irrigação necessários ao modelo de produção agrícola imposto.

O atual modelo de produção agrícola, com base no monocultivo, consequência da Revolução Verde, permitiu a produção em larga escala, o que diminuiu o custo dos alimentos para o consumidor, por outro lado expropriou o camponês, gerou dependência dos agricultores em relação a insumos externos, aumentando o custo da produção. Além de causar sérios danos ao meio ambiente e por em risco à soberania alimentar (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Diante dessa questão, o tema da soberania alimentar apresenta-se como um projeto social em oposição à barbárie que representa o paradigma do capitalismo e os sistemas agroalimentares atuais desse sistema.

Conforme Stédile e Carvalho (2012, p. 715), o conceito de soberania alimentar traz uma dimensão política mais ampla do que a segurança alimentar, pois esta parte do princípio de que “para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos.” Segundo os referidos autores, já no início do século XX José Martí advertia o povo latino-americano a respeito da necessidade da produção dos alimentos para não cair na dependência do capital externo. Para o mesmo, “um povo que não consegue produzir o seu próprio alimento é um povo escravo. Escravo e dependente do outro país que lhe oferece as condições de sobrevivência.” (STEDILE; CARVALHO 2012, p. 720).

Ao discutir o conceito de soberania alimentar, Fernandes (2015) destaca que no agronegócio se defende a questão da segurança alimentar enquanto política compensatória, através da qual se busca suprir de alimentos industrializados as populações pobres, não havendo nenhum comprometimento com processos de autonomia e emancipação dos povos. Assim, a soberania alimentar vem se constituindo como território do campesinato, na luta por políticas públicas e na discussão democrática sobre o direito de escolher o quê, onde e como produzir o próprio alimento.

A utilização do alimento como recurso de poder no capitalismo pode ser lida através da teoria dos regimes alimentares. Segundo Coca (2016), os regimes alimentares denotam não só as bases agrárias das relações de poder em determinado contexto, como também as disputas pelo modelo de desenvolvimento de um modo geral. O motivo é que eles estão relacionados com os mecanismos de ajuste estrutural do capitalismo, ou seja, no capitalismo tem sido comum a utilização do alimento como uma ferramenta de controle pelas grandes potências. Isso se dá, primeiramente, na dimensão econômica da realidade, contudo, também é possível perceber as repercussões de tal fato nas demais, como a política, a cultural e a ambiental.

Coca (2016) explica que o primeiro regime alimentar aconteceu entre os anos de 1870 e 1930. Nele, a Europa exerceu a função de importadora de bens primários de antigas colônias ao mesmo tempo em que incrementou seu processo de industrialização. Por outro lado, as colônias importavam da Europa bens manufaturados estimulando os demais países europeus a adotarem o livre-comércio. Essa conjuntura possibilitou que a Inglaterra mantivesse a vanguarda do processo de industrialização mundial, pois ela foi hegemônica na condução dos fluxos de alimentos no mundo.

O segundo regime alimentar se caracterizou pela incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde através de fatores, como mecanização das atividades agrícolas, utilização de insumos químicos, produção em larga escala etc. Além da construção de uma base ideológica de valorização do progresso (COCA, 2016). Esse período também foi marcado pela forte regulação estatal da agricultura através de subsídios e créditos bancários. Os países europeus reproduziram a prática dos Estados Unidos de favorecer o caráter nacional. Isso fortaleceu a competitividade dos países ricos ao mesmo tempo em que aumentou a vulnerabilidade dos países pobres no mercado global de alimentos.

O terceiro regime alimentar começou em meados da década de 1980 e perdura até a atualidade. Nessa fase, Coca (2016) destaca a hegemonia das grandes corporações na condução dos sistemas alimentares. Portanto, o corrente regime alimentar se caracteriza pela concentração de poder por parte de poucas grandes corporações. Mais uma vez na história do capitalismo tem se comprovado que nesse modo de produção não existe a intenção de fazer com que o alimento seja um bem social, pelo contrário, ele tem sido utilizado como uma mercadoria, a qual é comercializada com base na obtenção de lucros ampliados e também como mecanismo de poder por parte das grandes potências globais.

A emergência da Via Campesina, na década de 1990, representou uma ampliação do debate sobre a soberania alimentar. Ao trabalhar contra os efeitos nocivos do capitalismo neoliberal, ela colocou a soberania alimentar como o elemento central da construção de um novo modelo de sociedade.

Nesse sentido, conforme (ALTIERI, 2012), para a Via Campesina a proteção e defesa do meio ambiente, a segurança e soberania alimentar, bem como o sustento e emprego perpassa pela existência de um sistema de produção que esteja sob o domínio dos pequenos agricultores, não podendo ser uma atividade controlada pelas grandes corporações agroindustriais.

Essa colocação deixa evidente que a Via Campesina defende um modelo de desenvolvimento que vai além do capitalismo. Nesse contexto, a soberania alimentar é apresentada como uma alternativa aos problemas sociais e ambientais causados pelo neoliberalismo nos sistemas alimentares. Na construção da soberania alimentar, o campesinato assumiria a vanguarda do processo de desenvolvimento da agricultura, fornecendo alimentos saudáveis e diversificados para toda a população. Isso se daria, principalmente através da Agroecologia.

A Via Campesina concebe a Agroecologia como uma prática dos movimentos sociais do campo, inserida na estratégia de luta contra o agronegócio e pela superação do

modelo capitalista e a construção de outra forma de organização da vida, construída pelos produtores livremente associados. Nessa concepção, a Agroecologia para a Via Campesina inclui o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional (VIA CAMPESINA, 2009), ou seja, a Agroecologia é uma forma de ir construindo um novo modo de organização da vida.

Nesse sentido, a Agroecologia surge como uma forma de resistência, representando uma forma de abordar a agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção.

Sevilla-Guzmán (2013) destaca o papel da Agroecologia como estratégia de enfrentamento à modernidade capitalista, pontuando como os princípios e as práticas que ancoram essa sociedade (lucro a qualquer custo, exploração dos bens naturais) estão contribuindo para a destruição da natureza e também da sociedade. É ressaltado o papel da Agroecologia enquanto resistência ao modelo de produção da agricultura industrial capitalista, pois ela não existe sem sua dimensão política, sendo muito mais que um ecologização do agrossistemas.

Segundo Altieri

A Agroecologia vai além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agrossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agrossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos. (ALTIERI, 2012, p.105).

Os impactos causados pelos agrotóxicos são devastadores tanto na saúde humana quanto no meio ambiente. Além da degradação ambiental provocada pelos agrotóxicos e fertilizantes químicos, outra grave consequência para a humanidade, e talvez a mais difícil de reverter, é o risco a soberania alimentar dos povos.

Quando é introduzida a perspectiva ecológica e de manejo de recursos naturais na história de resistência camponesa, destaca-se, na sociedade, um campesinato forte que atua como agente relevante na transformação social. O que significa dizer seu potencial de construir pelo trabalho, entendido como agricultura e vida no campo, relações de nova ordem com a natureza, uma relação muito menos destrutiva e com forte aspecto de preservação e convivência harmônica. Nesses termos, a Agroecologia ganha força no pensamento da transformação social ao reestabelecer o debate do manejo dos recursos naturais, ou a relação

entre trabalho e natureza presente nas obras do final da vida de Marx (SEVILLA GÚZMAN, 2013).

Para Altieri (1997), as opções neoliberais feitas em diversos níveis pelos governos latino-americanos criaram novas condições nas economias regionais que mudaram o setor agrário, acarretando empobrecimento das populações rurais.

No caso latino-americano, o desenvolvimento rural sustentável torna-se uma válvula de escape para o governo que deixa de lado a pauta da questão agrária, tomando como fundamental a questão do desenvolvimento rural, sobretudo sustentável como se esta fosse uma questão estrutural quando na verdade é política e ambiental. Mas isso não diminui a importância de práticas ecológicas, pelo contrário, fortalece práticas como a Agroecologia que procura resgatar os saberes tradicionais (ALTIERI, 1997).

Para as regiões da América Latina, o debate da sustentabilidade vem se direcionando a partir de duas questões cruciais: a pobreza das populações rurais e o aproveitamento dos saberes dos povos tradicionais como fonte primordial da sustentabilidade.

Altieri e Nicholls (2000, p.181) afirmam que:

Os sistemas agrícolas tradicionais com alto grau de biodiversidade, surgiram ao longo de séculos de evolução cultural e biológica e representam experiências acumuladas pelos camponeses em sua interação com o meio ambiente sem acesso a insumos, capitais ou conhecimentos científicos externos.

Os autores afirmam também que,

A maioria das pesquisas sobre agricultura tradicional e camponesa na América Latina sugere que os sistemas de pequena escala são sustentavelmente produtivos, biologicamente regenerativos, energeticamente eficientes e também tendem a melhorar a equidade, a participação e a serem socialmente justos. Além da diversidade de culturas, os agricultores usam um conjunto de práticas que causam a degradação mínima dos solos. (ALTIERI; NICHOLLS, 2000, p.231).

Nessa perspectiva, alguns países da América latina adotaram estratégias de produção que levassem em conta a autonomia e sabedoria do camponês, aderindo à metodologia de produção conhecida como: Camponês a Camponês – CAC e o Diálogo de Saberes no encontro de culturas.

Segundo Rosset et al (2013), o movimento CAC é uma metodologia dinamizadora onde o camponês é protagonista. É uma metodologia de extensão participativa baseada na comunidade, pois implica na assistência direta aos camponeses por outros camponeses. Nessa perspectiva aprendem uns com os outros e trocam conhecimentos sobre técnicas e práticas de produção e organização entre eles. Usam a estrutura de camponeses promotores ou

promotoras possibilitando encontrar soluções para problemas locais, facilitando inovações, técnicas e tecnologias que são adaptadas à realidade e às necessidades para a comunidade.

A metodologia se originou em áreas onde os serviços de extensão pública ou do Governo são fracos por conta do difícil acesso, falta de técnicos e de dinheiro. Então os camponeses se auto-organizaram e escolheram aqueles com muita experiência e conhecimento para ensinar aos outros aquilo que sabiam. Assim, as famílias camponesas dessa zona continuaram a trabalhar sozinhas e conseguiram aumentar e melhorar a sua produção. Pouco a pouco, este método de trabalho se espalhou por muitas outras zonas.

A metodologia CAC não foi inventada em Cuba. No mundo inteiro e ao longo da história, a família camponesa fez experiências com diferentes métodos de plantio e produção, para depois compartilhar de vizinho a vizinho o conhecimento resultante. Porém, a modernização brutal por meio da Revolução Verde gerou uma ruptura entre o conhecimento tradicional e o moderno, havendo o abandono de muitas tradições importantes de cultivo. Por sorte, sempre restaram conhecimentos remanescentes e memórias coletivas, e foi com base nesses conhecimentos que surgiu o método camponês a camponês. (ROSSET, 2013, p.61).

O método CAC chegou a Cuba por volta de 1997. No entanto, as relações com organizações camponesas e indígenas do México, da América Central e do Caribe facilitaram a consolidação de uma visão agroecológica utilizando uma nova metodologia.

As ações iniciais do CAC eram: a formação e capacitação das equipes de facilitação e promoção, que aprendiam os aspectos essenciais em três etapas fundamentais: **Problematização:** baseada, sobretudo, no diálogo rural participativo; **Experimentação:** prova e adaptação das práticas aprendidas às condições particulares de roças; **Promoção e multiplicação de práticas:** objetivo do programa Camponês a Camponês.

No Brasil, a metodologia “Diálogo de Saberes no encontro de culturas” ou simplesmente Diálogo de Saberes é um método que pretende orientar as relações entre técnicos e camponeses, sendo formulado e organizado a partir da demanda dos movimentos sociais do campo, em particular o MST, por organizar a produção da existência camponesa em bases agroecológicas.

Segundo Guhur (2010), o objetivo é a busca de um sistema de compreensão e planejamento dos agroecossistemas familiares ou coletivos, partindo-se da história dos indivíduos-sujeitos envolvidos e o ambiente que gestionam, de modo a valorizar seus processos históricos, mas que, diante e, além disso, buscar

[...] correlacioná-los e problematizá-los à luz da história da agricultura e dos movimentos sociais a que pertençam e das potencialidades e limitações ecológicas e agrícolas do ambiente local, de modo a alcançar o desencadeamento da experimentação em agroecologia. (TARDIN, 2006, p. 1).

O Diálogo de Saberes é uma busca pela interlocução entre o saber popular e os conhecimentos científicos, assim, de um lado, “[...] inspira-se na experiência histórica das comunidades camponesas em seus caminhos de elaboração e aplicação dos conhecimentos” (TARDIN, 2006, p. 2). Essa metodologia facilita o desenvolvimento rural sustentável, criando novas possibilidades de produção pautadas na Agroecologia.

3.2 O MST e a Transição Agroecológica

A discussão sobre Agroecologia no Brasil nasce a partir da década de 70. Com o avanço dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde foi necessário pensar e pesquisar novas formas de agricultura que não impactasse o meio ambiente e que não fosse excludente do campesinato.

A modernização da agricultura privilegiou somente o aumento da produtividade agrícola como parâmetro para avaliar sua eficiência, desconsiderando o camponês e o ambiente como partes do mesmo processo de desenvolvimento, gerando diversos problemas sociais e ambientais.

Em Da Ross (2006, p. 127) consta algumas das principais consequências sociais promovidas pela modernização no meio rural brasileiro que foram observadas nos anos 1980.

I) a concentração da propriedade fundiária e da renda no campo; ii) o aumento da dependência dos agricultores ao crédito; iii) desaparecimento das pequenas propriedades associado ao aumento das dificuldades de acesso à terra; iv) a diminuição dos empregos associada ao surgimento da sazonalidade do trabalho rural; vi) o aumento do êxodo e a consequente redução da população rural; vii) o surgimento de problemas de abastecimento interno de alimentos; viii) o surgimento de problemas ecológicos.

Nesse contexto, as dinâmicas da luta pela terra surgiram como alternativa de mobilização social para a camada da população de trabalhadores rurais atingida por essas medidas.

Somente duas décadas depois os grupos sociais do campo voltaram a se articular em busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento que tomara conta da agricultura. A luta pela Reforma Agrária foi a principal bandeira destes movimentos sociais. Ao mesmo tempo foi ganhando forma através de debates de organizações sociais, a necessidade da construção de alternativas inovadoras para a condução, principalmente, das propriedades familiares do campo.

Porém, na década de 1980, os movimentos sociais do campo, principalmente com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST passaram a reivindicar mudanças e ampliações no seu repertório de pautas, colocando a Agroecologia como uma das questões centrais. Como explica Piccin e Picolotto (2008, p.78)

Em um contexto permeado por disputas e conflitos acerca da ocupação e acesso à terra no Brasil, os Movimentos Sociais mobilizados em torno da questão fundiária também passou, a incorporar, como uma das suas questões centrais, temas relacionados à temática socioambiental. Dentre eles destaca-se o enfoque em temas relativos à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, culturas locais e à Agroecologia.

No entanto, em primeiro momento, o MST adotou o processo de formação de cooperativas, as CPA- Cooperativa Produtiva Agropecuária, pois era necessário criar estratégias de viabilização econômica dos assentamentos. As propostas iniciais do Movimento para a organização dos assentamentos baseavam-se em um modelo de produção coletiva ou cooperativista (BORGES, 2007).

Segundo Fernandes e Stédile (1999), devido ao aumento do número de assentamentos e a necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente, surgiu nos assentamentos de reforma agrária no Brasil como um fator determinante para a permanência do trabalhador assentado na terra. O MST entendia que desenvolvendo uma proposta alternativa de (re) organização da produção, a partir da cooperação e, posteriormente, com a consolidação da cooperativa também como forma específica de formação política, favoreceria a viabilização socioeconômica dos assentamentos. Porém, o modelo de coletivização, baseado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) proporcionou a sua base social experimentar variados conflitos sociais e dificuldades econômicas, com o passar dos anos.

Desde a criação dos primeiros assentamentos, o MST tem buscado tipologias modelares para a organização da produção nesses espaços. Para o período 1989-1993, o MST elaborou um Plano Nacional que fixava as diretrizes da organização dos assentamentos com base no cooperativismo. A ênfase do plano recaía sobre a criação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA's). A estrutura de uma CPA incluía a organização coletiva dos assentados nos mais amplos aspectos, desde o controle da terra, dos maquinários e das instalações construídas até a coletivização do trabalho (BRENNEISEN, 2004).

Esse sistema cooperativista cumpriria uma dupla função, segundo Brenneisen (2004),

viabilizar economicamente os assentamentos e, ao mesmo tempo, atender objetivos propriamente políticos". Fazendo referência a um documento do próprio MST a

autora conclui que “[...] o cooperativismo serviria, sobremaneira, de âncora econômica para a continuidade da luta por meio da preparação, liberação e manutenção de quadros. (BRENNEISEN, 2004, p. 145).

No entanto, essas “experiências modelares” postas em prática nos anos 1990 apresentaram resultados insatisfatórios e a maioria das CPAs entrou em crise e se esfacelou. As propostas de organização cooperativa eram facilmente aceitas pelos assentados antes do início de sua implantação, tendo em vista o atrelamento do acesso à terra, da liberação de verbas e da assistência técnica aqueles modelos. Isto é, a proposta contava inclusive com um difuso apoio de técnicos dos órgãos de governo responsáveis por estas políticas (BRENNEISEN, 2004).

O projeto de coletivização das CPAs entrava em conflito com as aspirações e os projetos de vida dos trabalhadores assentados, centrado em valores tradicionais como a autonomia do controle sobre o tempo de trabalho e na organização da família como unidade econômica básica.

Conforme conclui Brenneisen (2004, p. 149)

As razões do fracasso daquelas experiências podem ser atribuídas às divergências de expectativas entre os assentados da base e os dirigentes do Movimento, “[...] tanto no que se refere ao que almejam com a conquista da terra como em relação aquelas dimensões relativas à organização social e da produção nos assentamentos”. Contudo, é necessário levar em consideração também a extinção, já no final da década de 1990, de vários programas fundamentais de apoio à estruturação dos assentamentos, sobretudo o de crédito e o de assistência técnica, resultando na precarização dos assentamentos mencionada anteriormente. Tendo em vista a importância para os assentamentos dos recursos disponíveis sob a orientação de projetos específicos de organização econômica e social, é compreensível que na ausência dos primeiros estes últimos tenham encontrado dificuldades na sua objetivação.

Para o MST, o processo de formação de CPAs foi difundido como forma de superar o modelo tradicional de produzir do camponês (o trabalho individual familiar). A forma camponesa de pensar e agir foram consideradas por sua direção um obstáculo para a consolidação dos assentamentos enquanto espaço diferenciado de produção e vivência, objetivando superação da lógica do sistema capitalista.

Assim, as CPAs podem ser consideradas como uma das principais formas das quais o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e de organização produtiva nos anos 1990. Naquele modelo preconizado pelo MST, os fatores de Produção, Terra, Trabalho e Capital eram gestados coletivamente por meio das Cooperativas. Alguns princípios como a planificação econômica, a autogestão, a divisão técnica do trabalho e da produção eram difundidos junto ao discurso relacionado a esse modelo de produção. Desse modo, e durante

este período histórico, foram organizadas mais de 40 experiências de produção coletiva e cooperativizada nos assentamentos sob a coordenação política do MST em todo o país e em diversas regiões (BORGES, 2007).

Porém, a desagregação do modelo de cooperação agrícola teve influência de fatores internos e externos: externamente, ligada ao papel dos programas governamentais de crédito para os assentamentos rurais. Como explica Borges:

O esgotamento desse modelo cooperativista teve influência direta das políticas governamentais que, num primeiro momento, incentivaram a agricultura moderna nos assentamentos (contraditória aos arranjos locais), causando a desarticulação no processo de produção e o endividamento em instituições financiadoras. Num segundo momento, o governo agiu na contramão do que vinha sendo implementado; extinguiu o PROCERA e inseriu os assentados no universo abrangente da produção familiar. Através do PRONAF o financiamento para os assentados perdia seu caráter especial, ficando moroso seu acesso. (BORGES, 2007, p.87).

O cooperativismo, enquanto modelo de desenvolvimento da produção agropecuária e potencializador de um novo sujeito coletivo, vinha perdendo força dentro do MST. Dessa maneira, o MST passou a admitir outras possibilidades organizativas, diferentes das “cooperativas coletivizadas”, modelo original de sua proposta de cooperação (NAVARRO, 2002).

O processo de (re)organização produtiva desencadeado pelo MST perpassa, essencialmente, por mudanças na proposta de cooperação agrícola. Isso significa que o Movimento vem redefinindo sua matriz tecnológica com a incorporação de princípios orientados fundamentalmente pela Agroecologia.

A Agroecologia adentrou a agenda do MST inserindo novas discussões também sobre métodos e tecnologias alternativas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos rurais. O processo de transição aponta para a transformação das bases produtivas e a inserção dos assentamentos num novo paradigma de desenvolvimento econômico, pautado pela gradual modificação do modelo de agricultura moderna.

O principal marco da mudança do paradigma de produção, adotado pelo MST desde a sua criação, foi a realização do 4º Congresso Nacional do MST, em agosto de 2000, na cidade de Brasília. Nesse evento foram construídas as novas bases de luta política e das práticas produtivas voltadas essencialmente para a Agroecologia, a qual passou a ser o principal enfoque do projeto de transformação social almejado pelo Movimento. Os novos princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável foram direcionados para os assentamentos rurais, iniciando as estratégias de transição agroecológica (BORGES, 2007).

O MST, através da Agroecologia como matriz tecnológica de produção, vem redefinindo suas estratégias de organização voltadas para a localidade e iniciando o processo de transição do padrão moderno à agricultura sustentável. Uma das estratégias foram os cursos voltados para a Agroecologia e desenvolvimento sustentável, como uma forma inserir um resgate ao modelo de produção através de conceitos e práticas pedagógicas.

Iniciativas em parceria com o Estado, relacionadas ao processo educativo, evidenciam esforços nesse sentido, como os cursos do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Cursos de Residência Agrária (Especialização e pesquisa em rede na Agricultura Familiar Camponesa e Especialização em Agroecologia – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Cursos Superiores de Pedagogia da Terra (PRONERA – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Curso de Agronomia para Movimentos Sociais no Campo (Universidade do Estado de Mato Grosso); Curso de Especialização em Agroecologia (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia/PR); Curso Técnico em Agropecuária com qualificação em Agroecologia e Meio Ambiente (MST/ES); entre outros. (BORGES, 2009, p.15).

Assim, a partir de 2000, o MST revela em seu quarto congresso o discurso de que adotará a Agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com essa proposta conferiu ao MST a necessidade de iniciar um processo de uma transição agroecológica na produção agropecuária e no manejo ambiental junto aos assentamentos, bem como de levar este novo discurso à sua base social, junto com outros diversos assuntos que merecem atenção como a violência no campo e o combate a política neoliberal do Estado (MST, 2009).

Gliessman (2001) elenca quatro níveis que permeiam o processo de transição agroecológica. O primeiro seria a orientação dos valores, o qual reflete na organização social dos agricultores e na forma como estes utilizam a ética nas decisões de produção e consumo. O segundo diz respeito ao incremento das práticas tradicionais, para que se reduza o uso de insumos químicos, nocivos ao ambiente. O terceiro seria a substituição total dos insumos químicos por práticas alternativas, assim a produção atenderia ao ponto de vista ecológico. O quarto nível seria a fase de redesenho dos agroecossistemas, baseado em um novo conjunto de processos ecológicos diversificando as culturas, característica fundamental da Agroecologia.

É com esses objetivos que a ciência agroecológica emerge capaz de fornecer aportes necessários na construção de um possível desenvolvimento sustentável, profundamente comprometido com a preservação e recuperação dos recursos ambientais.

Assim, a Agroecologia prima pelo equilíbrio no uso dos recursos disponíveis, porém é necessário fortalecer o processo de transição agroecológica. Diante disso, a educação

do campo ganhou destaque no processo de disseminar o pensamento agroecológico em áreas de assentamentos.

Do exposto acima é possível concluir que o MST incorporou efetivamente a bandeira da Agroecologia no seu repertório político pelo menos nos últimos 20 anos. Nesse período, o Movimento vem desenvolvendo uma série de ações com relação ao tema, entre elas a realização de vários cursos de formação técnica e política no campo agroecológico e o apoio a mobilizações e eventos relacionados ao tema. A partir do diálogo com outros mediadores técnicos e políticos, o MST tornou-se hoje um dos principais protagonistas da proposição de um novo modelo tecnológico para o desenvolvimento na agricultura, potencializando os efeitos contestadores da proposta agroecológica, alçando-a efetivamente à condição de um projeto social.

3.3 A educação do campo no fortalecimento da Agroecologia

A Educação do Campo é uma perspectiva que nasce através da luta popular, com as reivindicações dos Movimentos Sociais, buscando a construção de uma proposta popular de educação, como um direito e não como uma doação ou como uma política compensatória que considere o espaço e as relações sociais de seus agentes (PORTO ARAÚJO, 2011).

Segundo Oliveira (2017), a discussão original do conceito de educação do campo nasceu de demandas dos movimentos camponeses, na construção de uma política educacional para os acampamentos e assentamentos de reforma agrária brasileira.

No processo de luta pela reforma agrária, a posse e o uso da terra passam a viabilizar um conjunto de outras lutas: luta por escolas e formação de qualidade, por educação contextualizada, por estrutura viária básica, entre outras. Esse é um fato extremamente relevante na compreensão dos processos políticos e sociais que envolvem a escola do campo (OLIVEIRA, 2017).

Nessa perspectiva, o MST procurou colocar em pauta nas suas reivindicações uma educação contextualizada com os sujeitos do campo e o fortalecimento de sua identidade.

O marco cronológico em que se inicia o processo de criação do Setor de Educação do MST, a nível nacional, foi o Encontro Nacional de Professores de 1987. Dez anos após este, outro evento marca a história da Educação no MST, o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), que aconteceu em Brasília, de 28 a 31 de junho de 1997. Neste segundo evento é que se dá o processo da Proposta Pedagógica do MST, que não é apenas o acesso a Escola, mas o direito de constituí-la como parte da identidade do movimento. (CALDART, 1997, p.43).

A Escola torna-se meio para a continuação do MST através das novas gerações. Para tal, é necessária a organicidade da educação. Destarte, surge dentro do MST o Setor da Educação, em meados de 1988. Sua principal função é articular e potencializar as lutas e experiências educacionais dentro do movimento.

Caldart (1997, p. 56) apresenta onze pontos que considera alguns princípios e reflexões acerca da proposta de educação no MST que a seguir reproduzidos parcialmente:

1. A educação que nós queremos/precisamos não acontece só na escola [...] mas a luta pela escolarização do sem terra é fundamental [...]
2. Nossa luta é por escolas públicas de qualidade [...]
3. Trabalhamos por uma escola que assuma a identidade do meio rural [...]
4. Valorizamos as educadoras e os educadores [...]
5. [...] profunda crença na pessoa humana e na sua capacidade de formação e transformação [...]
6. Acreditamos numa educação que valorize o saber do/as educandos/as [...]
7. Queremos educar para a cooperação [...]
8. Um currículo organizado com base na realidade e no seu permanente movimento [...]
9. Criação de coletivos pedagógicos [...]
10. Uma educação que (se) alimente (d)a UTOPIA [...]
11. [...] enquanto seguimos a luta pelos nossos direitos, já começamos a trabalhar com eles.

A concepção pedagógica desenvolvida por Freire (1983) valoriza a busca e a construção coletiva do conhecimento comprometida com a transformação da realidade, cujos envolvidos são sujeitos do processo histórico. A pedagogia freiriana aponta os caminhos do conhecimento através da democratização do espaço educativo e do diálogo na aprendizagem e na emancipação.

O espaço pedagógico favorece o fazer e a organização coletiva, passando pela problematização e teorização a partir da prática e da realidade concreta do grupo. Nesse sentido, cada participante do espaço educativo se coloca como sujeito do conhecimento e transformador da realidade.

No Ceará uma das primeiras experiências implantada com a ótica da Educação do Campo foi no município de Independência no Território do Sertão de Crateús/Inhamuns, A Escola Família Agrícola Dom Fragoso iniciou em 2002 na comunidade de Santa Cruz. A EFA Dom Fragoso tem contribuído com uma formação ligada com a vida dos sujeitos inseridos no processo, almejando que os mesmos sejam protagonistas de suas próprias histórias. O objetivo principal da EFA é a permanência dos jovens camponeses/as no campo e fortalecimento da agricultura familiar camponesa (BRITO, 2017).

É válido destacar a experiência das escolas do campo no Estado do Ceará, essas escolas são frutos da luta da classe trabalhadora, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) trazendo em seu bojo a construção de um projeto político-pedagógico que busca articular as diversas dimensões do sujeito social.

Para Fernandes, (2015) o comprometimento da proposta das escolas do campo, com um projeto de educação com suas raízes no desenvolvimento da agricultura familiar camponesa, na qual desde sua base, valorize os saberes da terra, a cultura, a organicidade, as lutas sociais, a coletividade, a soberania alimentar, sobretudo, a garantia de uma vida digna com plenitude no campo para todos os povos camponeses.

Com isso, a Educação do Campo toma para si a defesa de um projeto maior, não é meramente o processo de construção coletiva do conhecimento, em termos e dimensões pedagógicas, sobretudo, a luta pelo desenvolvimento do território camponês e os diversos complexos presentes neste terreno, assim sendo, sinaliza a importância da agricultura familiar camponesa, as práticas agrícola ligadas aos princípios agroecológicos, a economia solidária e familiar em contraponto e denunciando o agronegócio, agrotóxicos, transgênicos, venenos do capital que destrói a vida, a natureza e os sujeitos sociais (FERNANDES, 2015).

As escolas do campo geridas pelo MST têm essa finalidade de incentivar teoria e prática. A proposta pedagógica da escola Florestan Fernandes, localizada no Assentamento Santana, tem como objetivo formar cidadãos comprometidos com as causas sociais, além de cultivar valores como amizade, participação, solidariedade, companheirismo, compromisso e responsabilidade, inclusive com o meio ambiente. Assim, os projetos e as atividades ocorridos nas disciplinas procuram entender melhor a relação sociedade e natureza.

Figura 01 - Escola do Campo Florestan Fernandes



Fonte: BRITO, C.S.2016.

A Escola Florestan Fernandes surge do anseio e da necessidade dos moradores do assentamento Santana e de comunidades vizinhas, juntamente com o MST em ter uma escola do campo de Ensino Médio para os filhos dos camponeses, voltada para a valorização dos camponeses (FERNANDES, 2015).

Segundo o diretor da escola, a educação no assentamento Santana era feita em casas, garagens e centro comunitário até o Ensino Fundamental II. Para cursar o Ensino

Médio os jovens tinham que se deslocar para as cidades gerando gastos, tempo e não tendo uma educação que valorizava a luta dos camponeses e a vida no campo.

No ano de 2002, a escola iniciou suas atividades atendendo jovens de nível fundamental e médio. A proposta pedagógica da escola é trabalhar a formação humana vinculada ao princípio educativo partindo do contexto histórico, social, ambiental e cultural dos sujeitos. Buscando qualificar o conhecimento popular possibilitando a apropriação do conhecimento científico, numa perspectiva que contribua para o desenvolvimento agroecológico e com a melhoria de vida dos povos do campo.

Nessa perspectiva, a escola possui o currículo básico de disciplinas do ensino regular, como Português, Matemática, História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Biologia, e também disciplinas integradas como: Projetos, Estudos e Pesquisas; Práticas Sociais Comunitárias e Organização e Técnicas Produtivas para o Trabalho.

Essas disciplinas integradoras favorecem obter o conhecimento científico na prática, pois a escola possui espaços que simulam a realidade no trabalho com a agricultura e pecuária no campo, chamados de unidades de produção, como podemos observar nas figuras abaixo:

Figura 02 – Hortaliças cultivadas no entorno da escola



Fonte: BRITO, C,S.2016, Nesse espaço os alunos aprende práticas agroecológicas para poderem colocar em práticas nas suas casas

Figura 03 – Mandala



Fonte: BRITO, C,S.2016. No sistema de mandala o plantio é feito em círculos, alternando culturas com um tanque de água no meio. Isso permite a otimização da área plantada, com diversificação de culturas.

Figura 04 - Pocilga



Fonte: BRITO, C, S.2016. Local reservado ao confinamento de suínos para os alunos aprenderem na prática o manejo correto desses animais.

Figura 05- Biodigestor



Fonte: BRITO, C, S.2016. Equipamento que possibilitam o reaproveitamento de detritos para gerar gás metano. O biodigestor geralmente é alimentado com restos de alimentos e fezes de animais, acrescidos de água.

Figura 06-Viveiro de mudas



Fonte: BRITO, C, S.2016. Viveiro de mudas com espécies da caatinga para o reflorestamento de áreas degradadas.

Figura 07- Plantas medicinais



Fonte: BRITO, C, S.2016. Espécies de plantas medicinais com princípios ativos que ajudam no tratamento de algumas doenças

Nas unidades de produção, os educandos aprendem técnicas de agricultura voltadas para Agroecologia, podendo desenvolver essas técnicas nas suas respectivas comunidades.

Segundo Freire (1987), o conhecimento se dá na práxis, cuja ação e reflexões se alimentam mutuamente. A teoria que não se separa da prática, na busca daquele que busca o sabe e não só passivamente a recebe.

O debate agroecológico foi intensificado pelo MST e posteriormente pela Escola do Campo. Nesse contexto, a escola tem se preocupado com a matriz de produção, definindo claramente que a Agroecologia é uma chave para a construção de outro modelo de produção, tendo construído estratégias políticas e pedagógicas na perspectiva de impulsionar outra consciência nas famílias assentadas mediada pela juventude.

Sendo assim, a educação do campo é de suma importância no processo de transição agroecológica. Em estudo de caso no Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa-CE, fica evidente o apoio do movimento MST e da Educação do Campo a uma agricultura baseada nos princípios e práticas agroecológicas.

4 ASSENTAMENTO SANTANA E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

4.1 A luta pelo acesso à terra em Santana

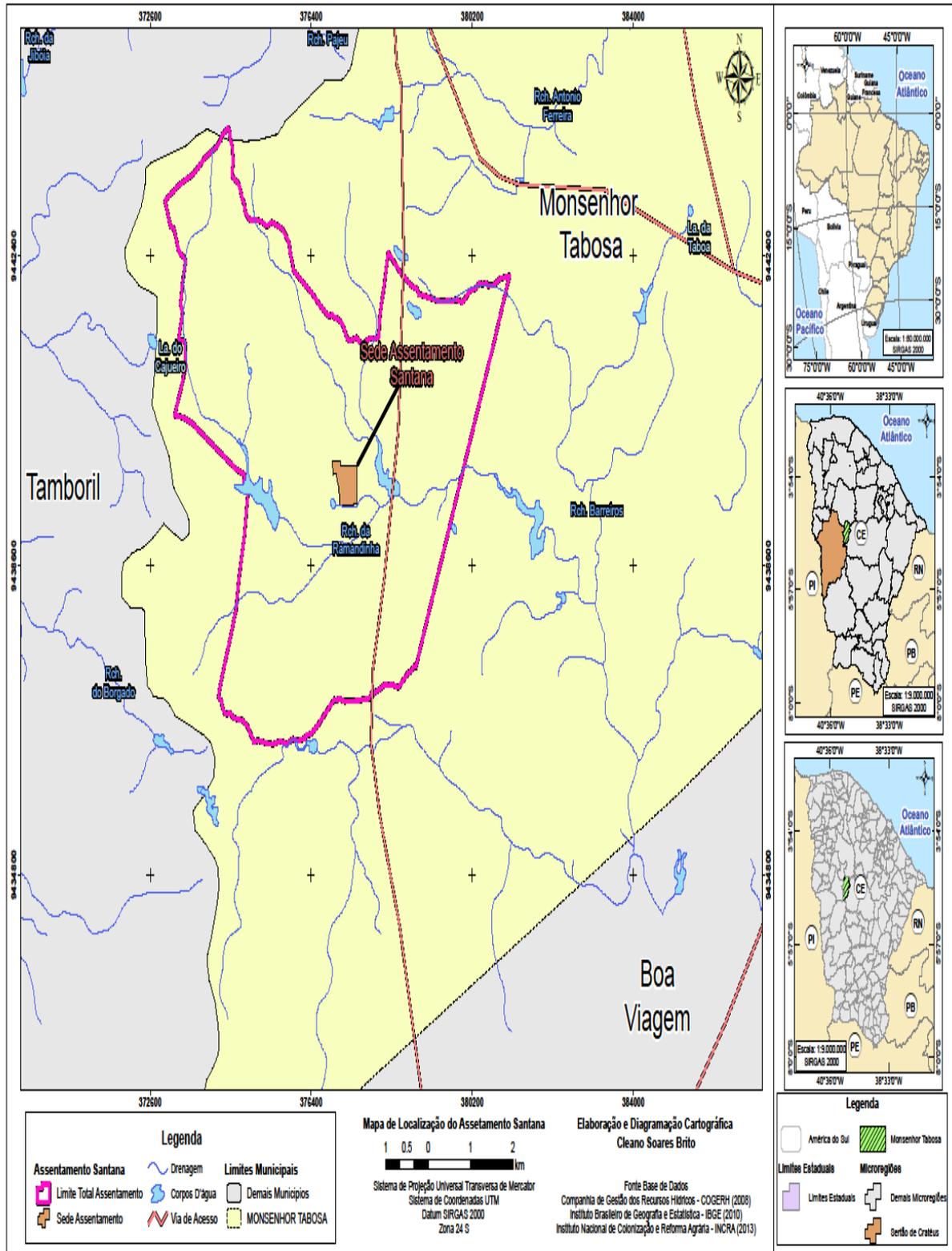
A luta pela terra representa uma ação importante na construção da tão sonhada reforma agrária no país, e a atuação dos movimentos sociais apresenta papel fundamental no apoio de formação política das famílias camponesas no processo de resistência e conflito para a conquista da terra liberta.

É a partir dela que as famílias camponesas expropriadas pelo latifúndio conseguem realizar o sonho de viver e construir suas formas de vida e de reprodução social. A posse da terra abre espaço para outras lutas, como educação contextualizada, segurança e soberania alimentar, acesso à água e políticas públicas de inclusão que motivam as organizações sociais de base a atuarem junto às famílias camponesas.

É a partir desse processo de luta que os camponeses buscam uma vida mais justa e igualitária no campo, que reconheça seus modos de organização social para viver e produzir considerando sua relação com a natureza e com o próximo.

Com a conquista da Terra, as famílias são desafiadas a dar um novo passo, outra organização então se instaura para materialização de seus sonhos no território conquistado, um novo envolvimento é construído e os sonhos de viver e produzir na terra começa a se concretizar. Foi nesse contexto que surge a história do Assentamento Santana, localizado no Município de Monsenhor Tabosa, a 275 km da capital cearense, fazendo parte da Macrorregião do Sertão dos Inhamuns, como podemos ver na figura 08.

Figura 08 – Mapa de localização do Assentamento Santana



Fonte: BRITO, C.S. 2016.

O Assentamento Santana surgiu em 1986 como fruto da luta camponesa pelo acesso à terra. O conflito rural em Santana tinha como motivação o não cumprimento dos acordos nas relações de arrendamento, entre grupos de famílias de camponeses e o proprietário da terra.

O conflito rural em Santana surgido na década de 1970 iniciou-se a partir da organização de duas famílias camponesas com sobrenome de Lourenço e Machado, essas famílias foram propulsoras da luta pela desapropriação das terras da Fazenda Serra das Bestas, localizada no Município de Monsenhor Tabosa, no estado do Ceará.

Segundo Barquete, 1995

Tudo começou quando as famílias Lourenço e Machado que faziam parte de um grupo de trabalhadores organizados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT compreenderam a forma desumana como os trabalhadores eram tratados pelos patrões nas fazendas da região (BARQUETE, 1995, p. 68).

Esses trabalhadores denunciaram uma série de irregularidades. A fazenda, que pertencia a Francisco Júlio Filizola, havia dados errôneos no seu registro, como a documentação da fazenda que possuía dados errados sobre a extensão territorial da mesma. No documento era apresentado apenas 1000 hectares quando de fato seu tamanho na época era de 3213 hectares. Outra situação vivenciada pelas famílias era o não cumprimento do proprietário quanto aos acordos sobre o trabalho e seu respectivo pagamento e uso das terras, o que deixava os camponeses prejudicados configurando-se como uma relação de exploração por parte do proprietário.

Outra grande insatisfação dos camponeses era por conta que o proprietário da terra mandava soltar o gado na plantação, não aguardando a produção da forragem após a colheita, o que gerava indignação dos trabalhadores (ARAÚJO, 2006).

A moradora mais antiga do assentamento Santana, F.S, afirmou que:

O proprietário das terras cedia a terra para plantio e colheita, porém no final da colheita a forragem pertencia ao proprietário, servindo de base alimentar para o seu gado. Nisso o proprietário não investia nada para a garantia de reprodução de seus animais, esta era garantida pelo trabalho dos parceiros. Além disso, o proprietário não respeitou o tempo necessário para a colheita, soltando o gado nas plantações, causando a destruição de partes do roçado (F.S, Assentamento Santana, 2016).

Conscientes das explorações que vinham sofrendo, as famílias camponesas mediadas pela CPT iniciaram uma mobilização, a qual resultou na construção de um abaixo assinado para ser entregue ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa e para o Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA).

Em 1984, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa obteve do INCRA a resposta de que este órgão estava procedendo a análise dos documentos enviados pelas comunidades e pelo próprio sindicato. Em 1985, com a chamada Nova República, o processo foi retomado e o INCRA realizou a vistoria do imóvel contando que a área se enquadrava como possível de desapropriação, tendo em vista as suas dimensões e o seu estado de abandono, assim como a situação das famílias que lá residiam e trabalhavam (ARAÚJO, 2006).

A Fazenda Serra das Bestas foi desapropriada por interesse social para fins de Reforma Agrária através do Decreto nº 93.320, de 04/10/1986, sendo que, sua emissão de posse foi emitida pelo INCRA, em 04 de dezembro, do mesmo ano.

No processo de luta pela terra, os camponeses organizaram-se no sindicato e passaram a conhecer os seus direitos para questionar a exploração do proprietário. Conforme relato de uma moradora do assentamento:

Quando Dom Fragoso chegou à diocese de Crateús, atendia a dez municípios, ele fez um trabalho de conscientização e organização das comunidades, então as comunidades passaram a se organizar e conhecer e entender os direitos e deveres dos trabalhadores rurais. Nos engajamos nos sindicatos e também passamos a participar das romarias da terra, todos os anos e em todos os lugares, para fortalecermos a luta. Na fazenda Santana, o dono morava na serra grande, ele toda vida foi desonesto, enricou a custa dos pobres. No entanto, já tínhamos conhecimento suficiente sobre a causa e colocamos a terra em questão e lutamos até o fim, com o apoio da igreja e do sindicato (F.S, Assentamento Santana, 2016).

A diocese de Crateús teve um papel importante na conscientização da luta pela terra, principalmente com o Bispo Dom Fragoso. Segundo Thomé (1994), com a chegada do Bispo houve uma verdadeira revolução, afinal o bispo não aceitou a missão prevista pelas forças conservadoras para a recém-inaugurada diocese de Crateús. Parecia muito estranho aquilo que o novo bispo afirmava como prioritário: “Incentivar o povo a ser agente da sua própria história.”.

De acordo com Thomé (1994), o contexto social da região e o clima efervescente que tomou conta da igreja a partir dos anos de 1960 ajudam a explicar a dedicação e o sentido de urgência que animou aquela igreja sertaneja em suas múltiplas realizações pastorais e sociais, como as CEBs, a sindicalização política, a luta pela reforma agrária, os projetos de economia de subsistência e as ações emergenciais contra a seca e o resgate da cultura popular.

A desapropriação do Santana só pôde ser concretizada graças ao trabalho em conjunto dos camponeses, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa e da

Igreja Católica, através das CEBs e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pois tiveram papel fundamental na conquista da terra.

A desapropriação da Fazenda Santana\Serra das Bestas, em 1986, deu origem ao sonho dos camponeses em tornar a terra em um projeto de assentamento. As relações com terras arrendadas foram substituídas por terra e trabalho coletivo. Conforme Martins (1994), essa foi uma forma de uso da terra muito utilizada nos assentamentos rurais a partir dos anos 80. A terra parcelada com predomínio do trabalho individual familiar e terra coletiva.

4.2 Terra, trabalho coletivo e cultura no Assentamento Santana

Com a conquista do Assentamento foi necessário assentar os camponeses sem terra da região de Monsenhor Tabosa e Tamboril. A organização camponesa teve grande incentivo das CEBs e do Bispo Dom Frágoso, lutador das causas sociais, que defendia uma vida digna e com direitos para os povos do campo.

O trabalho das CEBs na região já tinha um caráter político e de formação dos camponeses, que passaram a se reconhecer enquanto sujeitos de direitos e entender que só a luta social poderia lhes garantir o direito à vida digna e o acesso aos seus direitos enquanto cidadãos. Na formação promovida pelas CEBs, os camponeses vivenciavam os princípios da solidariedade, da comunhão e coletividade, que foram importantes para a própria organização do Assentamento.

Logo após a desapropriação da área, iniciou-se o processo de organização dos camponeses que instituíram a criação de uma associação vinculada aos interesses sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais da organização comunitária do Assentamento. Então decidiram criar uma associação de moradores a qual foi denominada de Associação Geradora de União de Imenso Amor (Águia). Como explica Duarte (2007),

Ainda bem no início do assentamento, especificamente em 19 de maio de 1988, os trabalhadores decidiram fundar uma associação, a qual foi denominada de Associação Geradora de União de Imenso Amor (ÁGUIA), com o objetivo principal de possuírem uma representação jurídica. A criação da associação foi muito importante para as famílias no processo de organização do assentamento. As famílias aos poucos começaram a se organizar, trabalhar coletivamente, discutir os problemas (dentre eles a organização da produção, falta de escola para os filhos) e todas as formas de viver e conviver no assentamento. (DUARTE, 2007, p. 48).

Assim, em 1988 a Águia foi instituída com a participação de 110 sócios. Segundo a assentada G.S, o nome da associação surgiu de muitas discussões, resultou na escolha de

águia para representar o nome da associação por ser um pássaro que representa força e por ter um voo alto, simbolizando a luta e o sonho dos moradores de Santana.

A partir das demandas de produção agropecuária coletiva e individual, formas de organização do trabalho coletivo foram sendo construídas no assentamento. Para comercializar a produção dos assentados foi criada a cooperativa.

No ano de 1990, houve a criação da cooperativa para organizar a produção e responder aos desafios cotidianos que surgia com a produção agropecuária. No dia 16 de dezembro de 1990, a cooperativa foi fundada com 77 sócios cooperados. O nome da cooperativa fez alusão ao nome da associação, denominada Cooperativa de Produção Agropecuária Águia do Assentamento Santana Ltda. (COPAGUIA).

Figura 09 - Sede da Cooperativa (COPÁGUIA).



Fonte: BRITO, C, S.2016.

O Assentamento Santana vivenciou nos seus primeiros oito anos (1987 a 1994) um processo interessante, em que tudo era coletivo: posse e uso da terra, produção agropecuária, comercialização e gestão. Todos os trabalhos eram desenvolvidos de forma coletiva.

Porém, a partir de 1995 começou a desenvolver a produção mista (coletiva e familiar). A reivindicação pela produção mista foi a necessidade de garantia da reprodução material dos assentados e suas famílias, com o avanço da produção individual e a gestão de

mão de obra coletiva, pois os camponeses assentados afirmavam que havia pessoas que trabalhavam mais que outras.

Como explica Araújo (2006 p.149).

Foi no ano de 1995 que o projeto misto de produção se consolidou, oficializando-se legalmente com a aprovação da atividade da pecuária privada e com o estabelecimento de três dias semanais para o trabalho coletivo, permitindo aos assentados a dedicação do restante de dias da semana para a produção individual.

A produção mista no Assentamento Santana proporcionou maior autonomia para as famílias, já que na produção individual é possível negociar a qualquer momento a produção e os animais. Isso era uma das reivindicações, pois afirmavam que na hora de uma necessidade poderiam vender algum animal e obter recursos, sem ter que passar por uma assembleia para receber o aval e, assim, vender animais.

Atualmente, o Assentamento Santana desenvolve produção mista, a qual existe a produção coletiva e a produção individual familiar. No entanto, a gestão do assentamento continua sendo feito pela coletividade e representada pela cooperativa. Todas as atividades são desenvolvidas por grupos de trabalho que cuidam das tarefas coletivas.

A renda obtida oriunda dos recursos da produção coletiva é distribuída entre as famílias e também aplicada na manutenção do próprio assentamento. Um exemplo disso é que dos quatro mil hectares que hoje Santana possui 800 ha foram adquiridos com recursos próprios do assentamento.

Os cultivos produzidos de forma coletiva são principalmente de milho e feijão. São chamados de roça comunitária, onde cada família dá sua contribuição com o trabalho. A organização do trabalho coletivo é de responsabilidade da cooperativa, onde são feitas as reuniões semanais para definir um plano de trabalho para a semana.

Conforme o técnico agrícola R.B

Trabalhamos com uma produção mista, cada um tem seu roçado tanto coletivo como individual, no coletivo há reuniões para saber o precisa ser feito naquela semana, por exemplo, para ajeitar uma cerca vai todo mundo ou há divisões em equipes, contanto que todos deem sua contribuição. Contudo, essa forma de produção mista funciona bem. (E.B, Assentamento Santana, 2016).

A atividade pecuarista no Assentamento Santana se dá através da criação de bovinos e caprinos. A pecuária já foi uma atividade essencialmente coletiva, porém teve que se reestruturar e passou a ser atividade também individual familiar.

Essa é uma das atividades produtivas que se destaca tanto para o consumo familiar quanto para obtenção de renda para a família. Segundo o coordenador da pecuária do Santana, o manejo dos animais acontece da seguinte forma:

O manejo do rebanho bovino coletivo é feito diariamente por um assentado escolhido coletivamente para desenvolver essa função. O manejo do rebanho bovino familiar fica por conta de cada família. Já o manejo dos ovinos se dá sempre de maneira coletiva, ou seja, tanto o rebanho coletivo quanto o familiar fica sob os cuidados de uma pessoa escolhida pelos assentados para realizar essa tarefa diariamente. Esta pessoa recebe 1/3 (um terço) da produção para realização deste trabalho. (D. J, Coordenador da pecuária do Santana, 2017).

O manejo do rebanho de caprinos é realizado pela própria família, em apriscos construídos nos quintais. Para facilitar o processo, as famílias produzem capim e palma que são utilizados como suporte forrageiro para os animais. O assentamento também tem áreas coletivas com o cultivo de palma que servem para a manutenção do rebanho coletivo.

As relações comerciais no Santana são de responsabilidade do setor de comercialização e abastecimento, constituído por uma comissão de associados eleita anualmente em assembleia. Segundo o regimento interno, esse setor tem a função de implantar um mercado para venda dos diversos produtos de Santana e de outras localidades, buscando uma integração com outras cooperativas e associações.

O setor de comércio do Santana surgiu diante da busca de satisfação das necessidades básicas de reprodução material dos assentados, tanto no sentido de consumir bens industrializados, quanto no sentido de participar do mercado vendendo o excedente de sua produção individual, numa relação aparente de igualdade de troca de equivalentes. Equipamento implementado para a comercialização dos produtos dentro e fora do assentamento é o centro comercial de Santana, popularmente conhecido como a “bodega comunitária” como podemos ver na figura 10.

Figura 10 - Centro comercial do Assentamento Santana, popularmente conhecido como “Bodega Comunitária”



Fonte: BRITO, C, S.2016.

A buodega comunitária atende a todos os moradores do Assentamento Santana e de comunidades vizinhas, porém apenas os moradores contam com um crédito de 700 reais disponível para utilizar e ser pago ao final de cada mês.

Segundo o coordenador do setor de comercialização da buodega comunitária, a venda funciona da seguinte forma:

Os moradores possuem um crédito de 700 reais, porém deve ser pago a cada mês para que esse crédito possa ser renovado. Também há a possibilidade dos moradores negociarem comigo a venda de alguns animais ou de sua produção. Os produtos do comércio são de origem da agricultura familiar, e os produtos industrializados eu compro com fornecedores de vários municípios vizinhos. Procuramos disponibilizar uma variedade muito grande de produtos e de carnes para atender os moradores do Santana e de comunidades vizinhas. (P.S, Assentamento Santana, 2017).

Com isso, os moradores do Santana buscam eliminar os atravessadores e dinamizar o circuito de comercialização dentro do Assentamento.

A estrutura orgânica do assentamento é constituída a partir das seguintes instâncias: assembleia, coordenação, núcleos de base, conselho fiscal, setores e comissões temáticas. As atividades produtivas, econômicas, ambientais e sociais da comunidade são organicamente distribuídas por setores específicos: agricultura, pecuária, comercialização, transporte, infraestrutura, apicultura, agroindústria e desenvolvimento social (COPÁGUIA, 2007).

É importante ressaltar que a participação dos assentados nas atividades coletivas, nas reuniões e nos debates relacionados à vida do assentamento e à organização como todo foi fundamental para elevar o nível de consciência e formação das pessoas. Nesse sentido, o assentamento vem se afirmando na luta por dignidade e melhores condições de vida. Essa experiência comprova que as relações sociais e as mudanças são construídas no cotidiano, na prática.

Dessa forma, o assentamento Santana, ao longo de seus trinta e um anos de história e organização coletiva, vem travando uma luta pela reafirmação do campo como um território vivo e dinâmico onde as pessoas constroem seu modo de vida a partir das relações de respeito estabelecidas entre sociedade e natureza.

Algo marcante no Santana é a religiosidade que sempre esteve presente entre os camponeses assentados, desde o processo de luta pela terra como também nas demais lutas enfrentadas pelos camponeses em seus cotidianos.

No ano de 1995, em regime de mutirão, foi construída a capela de Nossa Senhora de Santana, como podemos observar na figura 11. Sendo um importante símbolo da luta, da fé, da organicidade e do trabalho coletivo dos camponeses.

Figura 11- Capela de Nossa Senhora de Santana



Fonte: BRITO, C, S. 2017.

Destacamos, nos aspectos culturais do Assentamento, a Festa de Nossa Senhora de Sant'ana no dia vinte e seis de julho. O culto religioso a Sant'ana é um fato de grande

mobilização dos fiéis de várias comunidades e de municípios vizinhos para prestarem a sua homenagem ou mesmo pagarem promessas.

As famílias do assentamento sempre procuraram manter viva a cultura dos seus antepassados resgatando suas raízes e cultivando os valores de solidariedade, da coletividade e da integração com as diversas formas de cultura. Com o objetivo de reconstruir as mais diferentes formas de expressão culturais e artísticas (Reisado, quadrilha, teatro, fogueira e grupo de dança) existentes e inscritas numa longa tradição familiar e de ligação com a terra.

A organização dos festejos é uma tarefa de todos e todas que fazem parte do assentamento. A assentada G.S. explica que:

Toda noite, após as novenas, tem quermesse com apresentações culturais com música, desfile. Na festa do assentamento, que é comemorado todos os anos em maio, comemoramos a festa da colheita, onde todas as famílias trazem comidas típicas e coletivamente fazem a partilha. O Reisado no assentamento é comemorado em janeiro é dançado e cantado. Acontecem várias apresentações no assentamento e nos assentamento vizinhos. Há muito tempo a comunidade celebra as festas juninas com quadrilhas, balões e fogueiras. Assim o Assentamento Santana vem se consolidando como espaço de produção, fruição e difusão da cultura as iniciativas artísticas, educacionais e de comunicação, bem como irradiar essas experiências num diálogo permanente da tradição e modernidade. (G.S Assentamento Santana, 2017)

Figura 12 - Apresentação de reisado no Assentamento Santana



Fonte: Blog Santana, 2017.

A própria comunidade resgata e dá continuidade à cultura, pois entende que um povo sem cultura é um povo sem história, sem vida, sem raízes. O grupo de reisado do Santana, ao longo de sua trajetória, realizou várias apresentações na região, levando alegria às crianças, jovens e adultos da comunidade e em outras comunidades rurais vizinhas. É

importante destacar que janeiro é o mês em que o Grupo se apresenta com maior frequência, isto porque neste mês comemora-se o dia dos Reis Magos.

Outra manifestação cultural do Assentamento Santana é a quadrilha Ceará Junino, como podemos observar na figura 13. A quadrilha chegou a ganhar o 1ª lugar no Xamengão Taboense com o lema "São João no sertão, como não se vê mais".

Figura 13: Quadrilha Junina do Assentamento Santana

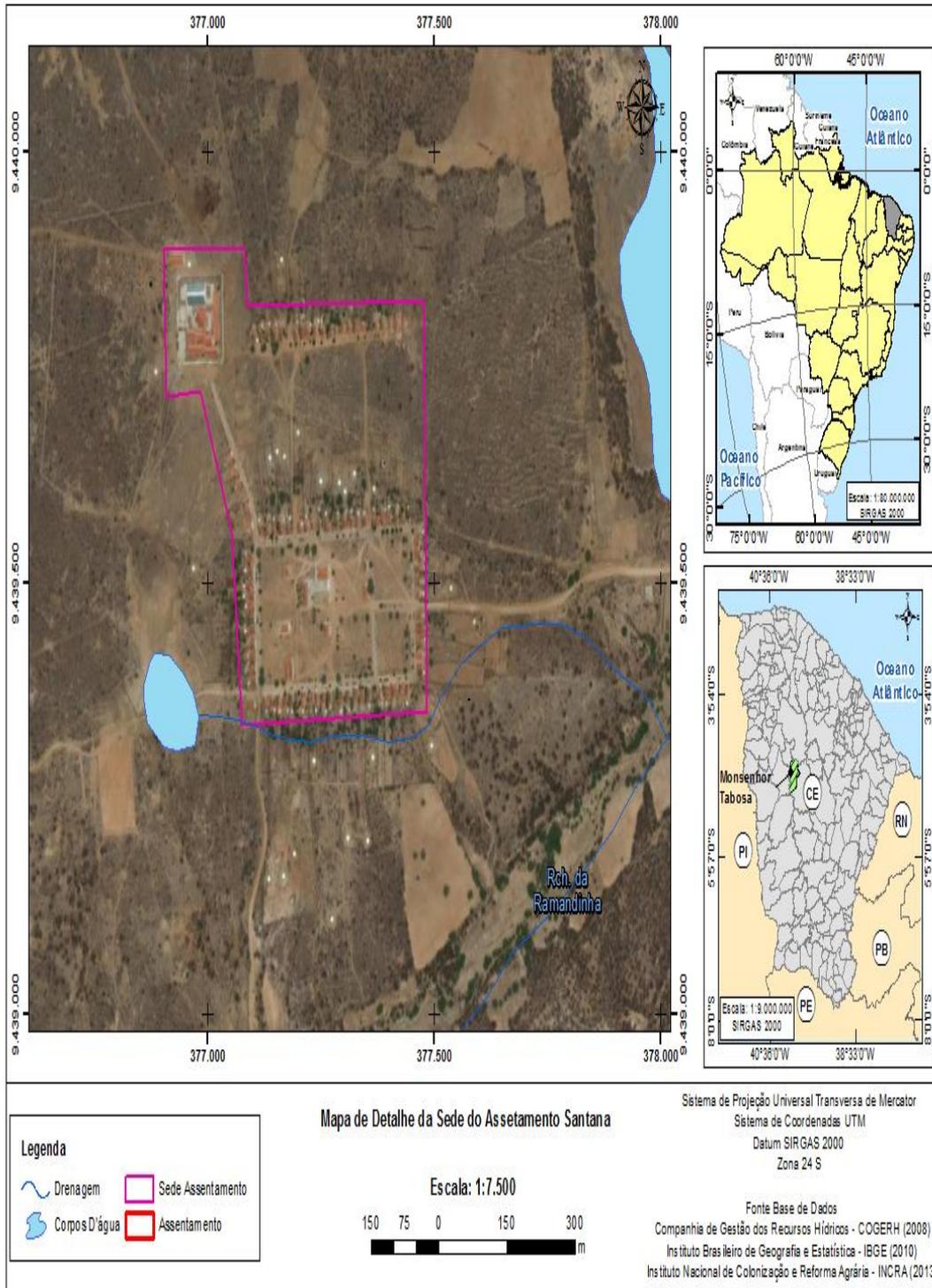


Fonte: Blog Santana, 2017.

Os jovens de Santana mantêm vivas as manifestações culturais dos povos do sertão, fortalecendo o potencial histórico vivenciado pelos antepassados numa perspectiva de presente e futuro, para não deixar morrer as tradições sertanejas.

No Assentamento Santana, a organização das casas de moradias do assentamento é em forma de agrovila como podemos observar na figura 14. Representando uma forma de organização e possibilitando uma maior aproximação nas relações de vizinhança e de solidariedade entre os moradores.

Figura 14 - Organização Socioespacial da sede do Assentamento Santana.



Fonte: BRITO, C.S. 2016

As casas de moradia são de alvenaria, com uma área de 77 m², banheiro, água encanada, energia elétrica e cisterna de placa. Este espaço possibilita o cultivo doméstico de hortas e criações de animais se configurando, portanto, como um Quintal Produtivo.

O Quintal Produtivo é uma unidade produtiva familiar que tem como objetivo atender à soberania e segurança alimentar camponesa. Na sua execução prática é um espaço de trabalho apropriado principalmente pelas mulheres com uma importante coparticipação da juventude e dos homens.

A interação que se estabelece no espaço do quintal entre plantas de espécies diferenciadas, animais domésticos e as pessoas da casa e da vizinhança constitui um rico e produtivo contexto de vidas que resultam numa relação integrada de gente, animais e tudo o mais que compõe o ambiente e proporciona qualidade de vida social e produtiva das famílias rurais. (LEONEL, 2010, p. 05).

Para a autora, o Quintal Produtivo tem um papel fundamental para a melhoria da alimentação, sendo um lugar onde são estabelecidas condições para a produção e biodiversidade de relações que propõe a diversidade ecológica e sociocultural. Nessa perspectiva, o Quintal Produtivo tornou-se a experiência agroecológica mais praticada no Assentamento Santana.

4.3 A transição agroecológica no Assentamento Santana

O avanço da Agroecologia está relacionado à luta camponesa por terra eclodida nos anos 1980/90, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Via Campesina, além da resistência camponesa para manter-se no território enaltecendo o seu modo de vida.

Entretanto, cabe pontuarmos que, segundo Luzzi (2007), movimentos sociais camponeses como a Via Campesina e MST foram historicamente contra o pacote tecnológico da Revolução Verde. Somente muito recentemente esses movimentos sociais começaram a falar de Agroecologia e a lutar contra os agrotóxicos e os transgênicos, pois eles lutavam contra a concentração da terra e dos recursos produtivos (insumos químicos, sementes), porém, com a institucionalização de assentamentos rurais ao longo dos anos, foi percebido que a Agroecologia poderia viabilizar a manutenção de muitas famílias nos assentamentos.

A valorização e sustentação por meio do Estado das monoculturas, dos latifúndios, do agronegócio, da mecanização da agricultura, da utilização de agrotóxicos e a marginalização do campesinato, dos modos de vida tradicionais, dos saberes populares/tradicionais, da policultura, da reforma agrária, da utilização de insumos orgânicos,

entre outros, condiz com a estratégia do desenvolvimento que prioriza a manutenção e expansão de uma agricultura voltada à demanda do capital.

O tema Agroecologia, ao ser incorporado e interpretado pelas organizações e movimentos sociais do campo, promoveu mudanças nas formas de produção comparativamente ao modelo hegemônico de desenvolvimento, e propõem-se alterações mais substanciais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais da produção. A Agroecologia mais que uma transformação técnica se constitui numa proposta de transformação política. (LUZZI, 2007, p. 05).

Gliessmann (2001) defende que a Agroecologia busca desenvolver uma agricultura ambientalmente adequada, que valoriza o conhecimento local dos agricultores/as, a socialização desses conhecimentos e sua aplicabilidade como objetivo comum à sustentabilidade.

O modelo de produção convencional sempre apresentou problemas relacionados à degradação ambiental e ao êxodo rural. Nesse modelo, a produção agropecuária na agricultura familiar apresenta historicamente um forte desejo de abandono do campo por seus sujeitos e pressupõe que estes não o veem como um lugar de oportunidades. Nesse sentido, a Agroecologia surge como uma forma de resistência a esta tendência de abandono das atividades agrícolas de caráter familiar e de perda da identidade e dos conhecimentos de suas populações.

No contexto do semiárido cearense, um dos desafios é a manutenção da produção agrícola que está associada à instabilidade climática com constantes secas e ao manejo inadequado dos solos que, em geral na região do sertão dos Inhamuns, apresentam-se rasos, erodidos e compactados, de baixa retenção de umidade e baixa fertilidade. “O empobrecimento generalizado dos ecossistemas, motivada pela ação antrópica, pode culminar com a incidência dos processos de desertificação, particularmente nas áreas de climas semiáridos.” (Ministério do Meio Ambiente, 1998).

No Estado do Ceará, resultados de pesquisas contidos em Leite *et al.* (1993), assinalam que cerca de 10,2% do Estado do Ceará encontra-se em processo de degradação susceptível à desertificação. Esta vulnerabilidade evidencia-se diante de certas peculiaridades geoambientais e sociais.

A conservação do solo e da água preconiza um conjunto de medidas, objetivando a manutenção ou recuperação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, estabelecendo critérios para o uso e manejo das terras de forma a não comprometer sua

capacidade produtiva. Pode-se definir conservação do solo como uma combinação de todos os procedimentos de uso e manejo que resultem na sua proteção.

Uma das formas de recompor nutrientes do solo é a adoção de práticas de cultivo agroecológicas, as quais evitam ou excluem o uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, procurando substituir insumos adquiridos externamente por aqueles encontrados na propriedade ou próximos (ALTIERI, 2002). Esse tipo de sistema de cultivo reduz o revolvimento do solo, favorecendo a recuperação das propriedades físicas e químicas, antes deterioradas pelo sistema de cultivo intensivo ou convencional.

O debate sobre Agroecologia no Assentamento Santana foi intensificado pelo MST através de cursos voltados para a capacitação dos jovens do campo e, posteriormente, pela escola do campo Florestan Fernandes, que faz um trabalho de conscientização dos camponeses, além do ensino de práticas agroecológicas adotadas na sua grade curricular.

Nesse contexto, a escola tem se preocupado com a matriz de produção das famílias e definido claramente a Agroecologia com uma chave para a construção de outro modelo de produção, e tem construído estratégias políticas e pedagógicas na perspectiva de impulsionar outra consciência nas famílias assentadas mediante a participação da juventude no processo de auxiliar as famílias.

Segundo o técnico agrícola E.B

Houve também uma conscientização dos próprios agricultores sobre as práticas que danificavam o solo, eles perceberam que queimar o solo dava certo apenas no primeiro ano, pois no segundo, a matéria orgânica é morta e não vai ter mais aquela produção que tiveram no primeiro ano. Sobre os agrotóxicos eles tomaram consciência que aquilo era veneno e não poderiam produzir utilizando veneno, além de tornar mais caro a produção, então passaram a utilizar biofertilizantes naturais. (E.B Assentamento Santana, 2016.).

Na agricultura convencional, as queimadas fazem parte do processo de limpeza da área. No entanto, ao queimar a terra perdem-se os nutrientes do solo e os microorganismos tornando a terra estéril, eliminam os restos orgânicos que permitem a aeração e passagem da água da chuva, que não penetrando provocará erosão.

Além disso, todo o banco de sementes de plantas que naturalmente existem no local será destruído, deixando a terra nua e improdutiva por muito tempo. A adubação, normalmente com produtos químicos, pode resolver em parte o problema, mas precisa ser utilizada em grande escala, o que aumenta o trabalho e as despesas. Não se pode esquecer também da fauna que, se não destruída durante a queimada, ficará sem seu habitat natural e

pode desaparecer também. Isto provoca um desequilíbrio na cadeia alimentar e podem surgir muitas pragas pela falta de predadores.

Embora a agricultura convencional tenha causado danos ao meio ambiente, não é tão simples abandonar as formas de produção praticadas atualmente. Nesse contexto, surge a necessidade de se desenvolver uma nova abordagem da agricultura sobre dois aspectos, o da agricultura tradicional local junto a exploração de conhecimentos e de metodologias ecológicas modernas (GLIESSMAN, 2009).

A transição agroecológica, ou seja, a passagem gradativa da agricultura convencional para um modelo de produção baseado em princípios agroecológicos surge como um caminho em busca da sustentabilidade na produção de alimentos. Além disso, pode ser entendida como um elemento promotor de conhecimento e metodologia necessários para se desenvolver uma agricultura ecologicamente consistente, de alta produtividade e economicamente viável (GLIESSMAN, 2009).

O processo de transição agroecológica envolve três níveis principais: o primeiro refere-se à tomada de consciência do agricultor e à racionalização das técnicas convencionais; no segundo, o agricultor passa a substituir insumos sintéticos por insumos menos agressivos ao ambiente; e, finalmente, ocorre o redesenho do agroecossistema, os quais são resolvidos problemas restantes dos níveis anteriores (GLIESSMAN, 2009).

Considera-se a qualidade de vida e a segurança alimentar como fatores primordiais para o seu desenvolvimento, com vistas a promover a conservação ambiental, uma vez que procura utilizar defensivos orgânicos a agrotóxicos e procura utilizar os insumos existentes na unidade familiar. A sustentabilidade econômica passa a ser uma consequência. O propósito maior é estabelecer harmonia com o ambiente interferindo na qualidade de vida das pessoas. A transição agroecológica é uma mudança lenta, sem data estabelecida para uma transformação completa, e, na visão dos seus teóricos, é uma importante ferramenta na busca do desenvolvimento sustentável.

No assentamento Santana foi praticamente abolido o uso de queimadas e agrotóxicos. Porém, os mais difíceis de conscientizar foram os mais velhos, pois já vinham produzindo há mais tempo com práticas convencionais.

Ainda de acordo com o técnico agrícola E.B.

No início, houve certa resistência dos agricultores mais velhos a adotar as práticas agroecológicas, pois eles passaram a vida toda praticando agricultura convencional, então achava que aquele era o jeito certo. O trabalho de conscientização foi intenso, porém com o trabalho dos técnicos agrícolas incentivando, e com as formações do

MST e do MDA eles viram que dava certo e depois passaram a adotar a agroecologia. (E.B Assentamento Santana, 2016).

A tentativa de criar novos modos de produzir provoca estranhamento para as pessoas que estão envolvidas politicamente com a causa. Por isso, o processo de transição agroecológica corresponde a avanços progressivos, partindo da mudança de concepção da relação com a natureza (BATISTA, 2014).

A produção agroecológica no Assentamento Santana acontece principalmente na produção individual e é incentivado pelo MST, por técnicos agrícolas e pela Escola do Campo Florestan Fernandez. Podemos observar que a experiência responsável pela maior parte da produção são os quintais produtivos.

Para Oakley (2004), os quintais produtivos são reservatórios de agrobiodiversidade em comunidades rurais mundo afora. Em muitas culturas, as mulheres são as responsáveis pela manutenção dessa prática. Essa tarefa cotidiana constitui-se em uma importante atividade doméstica, garantindo o acesso das famílias a uma dieta saudável e adequada ao gosto e às tradições locais, pautadas na produção agroecológica.

A Agroecologia é também um território da luta feminista, na medida em que sua proposta societária abre espaço para revalorizar e recolocar os trabalhos tradicionalmente feitos na invisibilidade pelas mulheres rurais. Diferente da agricultura convencional, que trabalha a agricultura isolada do contexto social, centrada, sobretudo na produtividade das plantas e animais, a Agroecologia contribui com uma reflexão crítica sobre a separação das esferas reprodutivas/produativas na agricultura (GUIMARÃES, 1998).

Para Heredia (1979), a mulher camponesa transforma os produtos do roçado em “comida”, suas atividades estão ligadas ao consumo e ao espaço doméstico e, portanto, é interessante considerar-se o trabalho da mulher.

Considera-se assim que a mulher não trabalha, e este princípio é mantido mesmo quando ela, em certas ocasiões, realiza tarefas no roçado. As tarefas que pertencem ao roçado, quando são efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho. É exatamente por essa razão que ao se descrever o trabalho no roçado a mulher nunca é incluída. (HEREDIA, 1979, p.81).

No Santana, as mulheres vêm contribuindo desde o início da luta pela terra. Atualmente, desempenham funções tanto na parte da coordenação do assentamento como na parte da produção através dos quintais produtivos. E com a chegada da escola as mulheres ganharam ainda mais notoriedade dentro do assentamento.

Como explica Z.C. Coordenadora da Escola Florestan Fernandes, 2017.

No início do assentamento a gente começou uma horta comunitária, porém devido a estiagem não conseguimos dar continuidade. Mesmo com a perfuração de alguns poços profundos a água ainda é salinizada. Então continua a dificuldade, mesmo assim ainda temos os quintais produtivos, que contêm plantas frutíferas, medicinais, produzindo através da Agroecologia, pois as mulheres de Santana têm uma preocupação com o meio ambiente. Participamos das discursões do assentamento, fazemos parte da coordenação, temos contribuído na direção da cooperativa. Mas não nos organizamos ainda ao ponto de termos um grupo só de mulheres, porém achamos importante enaltecer a cultura feminista e prestar apoio às mulheres não só de Santana, mas das comunidades vizinhas.

Durante o trabalho de campo no assentamento Santana, tivemos a oportunidade de conhecer algumas unidades produtivas. As visitas foram feitas em casas que se destacam na resistência em manter a sua unidade produtiva funcionando, pois com um quadro recorrente de secas no estado, algumas famílias desativaram as suas produções.

Na propriedade da moradora G.S., o Quintal Produtivo é bem diversificado, encontramos hortaliças, fruteiras, plantas medicinais, palma, aves e suínos, porém são necessárias algumas práticas para manter as espécies vivas, como o uso de material orgânico para cobrir o solo. A cobertura do solo é uma grande aliada em tempos de seca, pois garante a umidade do solo por mais tempo. Como podemos observar na figura abaixo.

Figura 15- Produção de cebolinhas com cobertura vegetal para proteção do solo



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

A diversidade de produtos no quintal é incentivada por técnicos agrícolas e pelos estudantes da comunidade. A variação na produção repercute na alimentação da família, pois antes da experiência com o quintal a família não tinha a disposição uma variedade de alimentos disponíveis hoje. A garantia do consumo familiar é um ganho que não pode ser mensurado, mas sem dúvida melhora a qualidade de vida e garante a soberania alimentar,

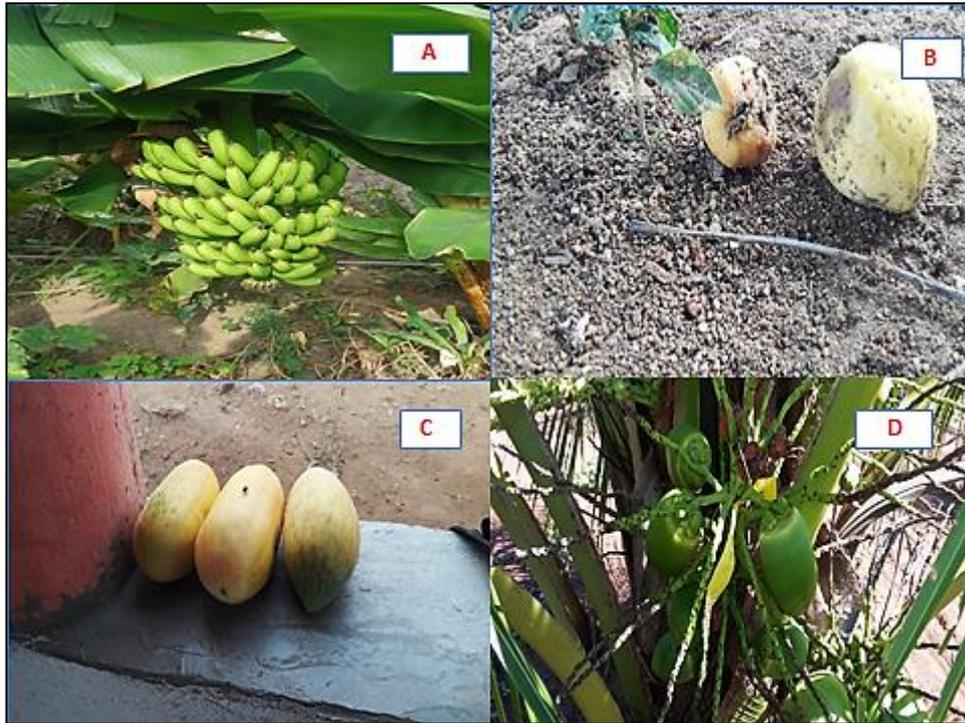
como observamos no depoimento da camponesa sobre as mudanças que a produção agroecológica trouxe para sua vida e de sua família:

O Quintal Produtivo é muito importante porque você produz o alimento saudável, você coloca na mesa um feijão de boa qualidade sem o uso de agrotóxicos. O pimentão, mamão, o tomate, jerimum, acerola e a goiaba. É uma boa alimentação proveniente do quintal, mesmo com a seca que atrapalha muito o desenvolvimento do semiárido, mas com a força que a gente tem e a coragem, trabalhamos junto com nossa família conseguindo nossa soberania alimentar através do quintal. (Camponesa D.G, 2016).

Valadão *et al.* (2006) destacam a importância da produção domiciliar de plantas alimentícias. As verduras, frutas e legumes constituem valiosas fontes de nutrientes para a família, uma alternativa econômica para o consumo de produtos em épocas de crise e que, de outra maneira, seria de difícil obtenção.

Os quintais produtivos permitem a criação de ambientes saudáveis com sistemas naturais equilibrados, quando não existe a utilização de produtos químicos ou agrotóxicos. Além do mais, a atividade frutífera bem planejada permite o consumo de frutas o ano inteiro, contribuindo para a qualidade de vida e segurança alimentar da população rural (GOMES *et al.*, 2007).

Figura 16- Espécies Frutíferas cultivadas nos quintais produtivos



Fonte: BRITO, C, S. 2017. Banana (A) ; Goiaba (B); Melão (C) e Coco Verde (D).

Nos quintais produtivos verificam-se a produção de banana, goiaba, coco, melão e outras frutas, além de hortaliças e plantas medicinais, Assim, os quintais produtivos funcionam como “despensas naturais”, onde as famílias podem recorrer fácil e cotidianamente para o preparo das refeições diárias (OKLAY, 2004), contribuindo, assim, para a soberania alimentar e nutricional, a geração de renda a partir da venda do excedente e ainda para preservação da agrobiodiversidade.

As práticas agroecológicas são acompanhadas pela juventude camponesa que aprendem na escola e colocam em prática na comunidades. Através de visitas, os jovens praticam o que aprenderam na escola, dando informações sobre o manejo mais adequado dos solos, uso de biorfertilizantes e o uso de sementes crioulas.

D.S enalteceu a importância das escolas do campo para a transição agroecológica:

As escolas do campo ajudam a disseminar as práticas agroecológicas pelas comunidades. Minhas filhas estudaram na Escola Família Agrícola Dom Fragoso em Independência e lá aprenderam o manejo correto com os solos, com as plantas e com os animais, colocando em prática aqui em casa e muitas vezes na comunidade. Porém, com a construção da escola Florestan Fernandes aqui no assentamento muitos jovens também têm acesso a esse conhecimento, pois a escola ensina e incentiva a Agroecologia.(D.G, Camponesa. 2017).

A produção agroecológica é bem diversificada, como observamos na figura 17. No entanto, esse trabalho de formação e conscientização sobre as práticas agroecológicas é feito através de reuniões e encontros do MST, e também as escolas do campo têm um papel fundamental na execução dos aprendizados sobre Agroecologia.

Figura 17- Produtos agroecológicos cultivados do Assentamento Santana



Fonte: BRITO, C, S. 2017. Jerimum (A); Feijão (B); Milho (C) e Tomate (D).

Guimarães (1996) enfatiza que a ausência do quintal nas casas de moradias pode ser um fator de restrição da dieta, em especial dos alimentos fonte de vitaminas, minerais e fibras, como hortaliças e frutas. Outros aspectos relevantes referentes aos quintais é a conservação das espécies cultivadas.

Na figura 18, a produção de palma sinaliza a preocupação da família em produzir alimentos para os animais, como por exemplo, o cultivo da palma forrageira como base para ração dos animais.

Figura 18- Plantio de Palma



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

Tradicionalmente, a palma é produzida no roçado, porém diante da necessidade de alimentar os animais, ela foi introduzida nos cultivos do Quintal Produtivo da família.

Segundo a moradora D.S

A palma é muito importante para nós, porque conserva os bichos e não deixa morrer, já sofremos prejuízos com a falta de palma, agora temos bastante para alimentar nossas criações. (Camponesa D.G, 2016).

Nas Figuras 19 e 20 observamos galinhas caipiras e porcos sendo criados para produção de ovos e de carnes, os quais serão consumidos pela família e também comercializados. Nesse tipo de criação os animais têm contato com a terra, com a luz solar e possuem uma alimentação variada (milho, palma, ração), todavia ficam confinados, mas possuem espaço para caminhar.

Figura 19- Criação de galinhas



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

Figura 20- Criação de suínos



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

O estágio de transição agroecológica vivenciado pela família em questão mostra que muitos avanços já foram alcançados, como o aumento da fertilidade do solo, através do uso de adubos orgânicos e a capacidade de retenção de água, usando-se a técnica de proteção do solo com camadas de folhagem, conseguindo por maior tempo que o solo fique úmido, além de uma nova consciência ambiental. Como fala a moradora D.G sobre o cuidado com a terra:

O cuidado com a natureza é necessário. Uma parte que a gente tem muito cuidado é com a terra, pois a terra está viva e a vida de cada um de nós seres humanos que dependemos dela, então temos que cuidar. Não fazendo queimadas e não usando agrotóxicos. ainda precisamos trabalhar muito na nossa família na nossa comunidade e principalmente na escola, e por em prática porque sem a terra não há vida. (Camponesa D.G, 2016).

O trabalho é dividido entre o casal, porém a camponesa afirma que ela é mais empenhada na manutenção do Quintal Produtivo, e o marido prefere cuidar dos animais.

Visualiza-se, a partir do exposto, a importância da prática das diversas atividades que vêm sendo desenvolvidas pelas famílias para a conformação deste espaço denominado de quintal. Esta diversidade, ao contrário da pecuária extensiva praticada antes da desapropriação da fazenda, comprova também uma das principais características da agricultura camponesa, que é a policultura.

Porém outro fato chama atenção, os quintais não são apenas espaços de produção voltados para uma sustentabilidade alimentar e geração de renda, também são espaços estéticos, como demonstrados em estudo realizado por Santos e Carvalho (2011) “esta questão da estética revela um sentimento de pertencimento ao lugar, de carinho, de se sentir bem”. A

presença de diversas plantas ornamentais reforça esta visão dos quintais como espaços estéticos. Como podemos ver na figura 21.

Figura: 21 - Quintal Produtivo com plantas ornamentais



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

Pinheiro (2005) complementa que tão importante quanto às questões econômicas e práticas relacionadas aos quintais é a sua representação como símbolo de identidade cultural. Esse espaço está engendrado na memória das famílias como local de acolhimento, de alegria, de prosa entre vizinhos, de contato com a natureza e de descanso.

No Santana, o Quintal Produtivo se estende para além da continuidade da residência. Como é o caso da unidade produtiva na residência do Z.S., como podemos observar na figura 22.

Figura 22- Quintal Produtivo situado em área próxima ao açude.



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

Segundo Brito e Coelho (2000), o quintal é o termo utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa, definido, na maioria das vezes, como a porção de terra próxima à residência, de acesso fácil e cômodo, no qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies de plantas que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos como lenha e plantas medicinais.

O Quintal Produtivo da família do Z.S é próximo a sua residência, porém é em área de vazante, ou seja, ao lado de um pequeno açude, onde ele consegue irrigar a sua produção todos os dias.

Na unidade camponesa agroecológica visualizamos o manejo de muitas culturas, existindo também diversidade entre as espécies, sendo elas: banana, cenoura, milho, cebolinha, coentro, chuchu, pimentão, jerimum, macaxeira e tomate. Ressaltamos como a manutenção da diversidade ecológica está relacionada à criatividade e conhecimento camponeses.

Figura 23 – Plantio de Bananeira



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

Figura 24- Plantio de Tomates



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

A soberania alimentar é um fator chave para a permanência do agricultor no campo, sobretudo, do assentado. Dessa forma, a produção agroecológica tem se mostrado como uma estratégia viável de consolidação do território camponês.

Figura 25- Agricultor colhendo cenouras agroecológicas



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

Segundo o camponês Z.S, a importância da prática agroecológica consiste na preservação do solo e na qualidade do alimento, pois afirma que não é utilizado nenhum tipo de pesticida ou veneno, tudo é natural e em harmonia com a natureza.

Na produção agroecológica é relatada a diversificação dos cultivos agrícolas, um melhoramento da gestão produtiva, além da prioridade de produzir para o consumo próprio e vender o excedente. Outro ponto que destacamos é a utilização de matéria orgânica como esterco de boi e galinha, que serve para melhorar a qualidade do solo. Como podemos visualizar na figura 26 abaixo.

Figura 26- Adubo orgânico



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

Outra experiência agroecológica da família do camponês Z.S é a mandala, porém está em processo de construção. Figura 27.

Figura 27- Processo de construção da Mandala



Fonte: BRITO, C, S. 2016.

A mandala consiste em um sistema de produção agrícola, na qual as plantas são cultivadas em círculos concêntricos a um reservatório de água. A ideia é buscar o máximo de aproveitamento das interações entre as espécies e maior eficiência do uso da água.

Nesse sistema de produção a distribuição das culturas nos círculos obedece a critérios de necessidade de água e de mão de obra. Do primeiro ao terceiro círculo mais próximo ao tanque são cultivadas as hortaliças para o consumo da família, pois esse tipo de planta necessita de cuidados mais constantes e de mais quantidades de água; do quarto ao oitavo círculo deve ser cultivado culturas comerciais, como feijão, milho e fruteiras; e no nono círculo são plantadas espécies que funcionam como cerca viva, desempenhando o papel de proteger a mandala, especialmente do vento e da polinização externa.

Nesse sentido, a Mandala assume um papel importante na preservação do meio ambiente, pois possibilita uma forma eficiente de exploração dos recursos hídricos, facilita a criação de formas sustentáveis para produção de diversas culturas sem o uso de agrotóxicos.

Segundo Sousa (2014), a Mandala tem baixo custo de instalação e necessita de pequena área para implantação. Neste modelo agroecológico de produção existe interação entre fauna, flora e trabalhadores rurais mantendo o ecossistema equilibrado. A construção da Mandala visa fomentar uma agricultura sustentável através da educação ambiental e sistema agroecológico de produção. Possibilita também a construção de um espaço rural que vise à melhoria das condições ambientais do campo e na qualidade de vida das famílias.

A partir do encaminhamento das experiências agroecológicas houve melhoria nas condições de vida dos camponeses, Primeiramente pelo acesso à terra, depois pelas melhores condições físicas/psicológicas de trabalho, devido a ausência da exploração dos camponeses e a não utilização de agrotóxicos; diversificação produtiva e alimentar com mais autonomia. (J.J. Assentamento Santana, 2017).

A partir dessas experiências, visualizamos quanto o campesinato, a partir de suas ideias e práticas, contrapõe-se à lógica produtiva capitalista que associa a agricultura à monotonia e alienação, não estimulando os processos criativos e de conhecimento sociedade-natureza. Pontuamos também o aumento da autonomia camponesa gerada pela diversidade produtiva, que baseia a alimentação dos povos camponeses e faz com que eles precisem comprar poucos alimentos para complementar a dieta alimentar.

4.4 Os canais de comercialização

No ponto inicial da cadeia de comercialização está o camponês, que muitas vezes encontra dificuldades de inserção no mercado por falta de apoio de políticas públicas de acesso a crédito para investimentos e consequentemente enfrenta dificuldades para agregar valor a sua produção. Além disso, sofre com a falta de transporte para levar o que produziu.

Há uma variedade de alternativas de canais de comercialização para os produtos agroecológicos, cada um com diferentes tipos de imposições ao camponês, como escala de produção, diversificação dos produtos, qualidade, preços baixos, regularidade. Cabe aos produtores desenvolverem a melhor estratégia de comercialização de acordo com as suas possibilidades.

A comercialização da produção, em sua maioria, é realizada no próprio assentamento por meio do mercantil comunitário coordenado pela COPÁGUIA, que consegue absorver boa parte da produção dos assentados. Outra forma de comercialização acontece entre as próprias famílias, através da venda na própria casa, porém, a venda no Assentamento não consegue absorver toda a produção, o que possibilita a presença de atravessadores no processo que compram com um preço inferior ao do mercado local.

O técnico agrícola E.B enumerou os principais canais de comercialização dos produtos oriundos dos quintais produtivos.

A comercialização do excedente no Assentamento Santana ocorre da seguinte forma: Venda direta na propriedade, ou seja, de casa em casa; venda a mercados institucionais, sobretudo para as escolas através dos programas do governo como o PAA- Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar; venda para o comércio comunitário do Assentamento;

atravessadores e Feira da Agricultura Familiar do Município de Monsenhor Tabosa, que acontece mensalmente. (E.B. Assentamento Santana, 2017).

Atualmente doze famílias participam do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Este programa prevê a compra de produtos alimentícios produzidos pela agricultura familiar/camponesa, incluindo assentamentos e acampamentos rurais. O programa trabalha com uma grande diversidade de produtos, o que estimula a diversificação da produção.

As famílias fornecem bolos, carnes de suínos, caprinos, ovinos e aves. Ainda como espaço de comercialização, troca de produtos, socialização de experiências e saberes (nos anos em que há uma boa produção), as famílias organizam anualmente a feira da agricultura familiar no Assentamento Santana com a participação das comunidades e outros assentamentos da região.

Os camponeses vêm participando como sujeitos ativos da construção da soberania alimentar, a qual é essencial para a independência de uma nação. A soberania alimentar revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio que para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos.

Enquanto a segurança alimentar está relacionada à disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para o abastecimento da população, a soberania alimentar é o direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência desleal de outros países. (MEIRELLES, 2004).

Nesse sentido, a Agroecologia aparece como uma alternativa viável, a fim de conduzir o camponês à autonomia, de fazê-lo superar a lógica que lhe é imposta pelo capital e ajudá-lo a criar outra lógica, pautada em outras matrizes de racionalidades que contemplem a família, a soberania alimentar e o respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Dessa forma, as funções socioeconômicas das práticas agroecológicas, principalmente no que se refere ao autoconsumo e venda do excedente, vêm contribuindo de maneira significativa para a autonomia e permanência das famílias no campo. Frente à problemática ambiental de uma forma geral, ressalta-se também a importância dos quintais enquanto conservador da biodiversidade e do equilíbrio ambiental da fauna e da flora local, uma vez que apresentam uma grande diversidade de espécies (vegetais e/ou animais).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estado do Ceará, a questão agrária está longe de ser resolvida. Embora alguns avanços tenham sido alcançados, outros problemas surgiram ou se agravaram. Tal fato a coloca como um objeto de análise não ultrapassado ou esgotado, por mais que muitos estudiosos tenham se debruçado sobre o tema. Na medida em que ganha novas configurações, ganha, conseqüentemente, novas possibilidades de interpretação.

A questão agrária é um problema atual, diante do qual o papel do campesinato tem sido o de cada vez mais colocá-la em evidência, forjando formas de resistência. Por isso, neste trabalho optou-se por buscar compreender o campesinato a partir dos próprios camponeses, escutando suas histórias de vida e de luta, acompanhando as articulações e mobilizações desenhadas na tentativa de alcançar melhores dias e descrevendo as estratégias empreendidas para a superação dos problemas vividos.

A modernização que atingiu o campo na segunda metade do século XX revelou mudanças na base produtiva da agricultura. Nesse contexto, o discurso agroecológico surgiu como forma de resistências às mudanças provocadas por essa modernização.

O discurso agroecológico passou a fazer parte das pautas de reivindicações dos movimentos sociais do campo, principalmente da Via Campesina e do MST. Buscando criar estratégias para consolidar o camponês no seu território e a garantia da soberania alimentar dos povos do campo.

A transição agroecológica significou para os camponeses estudados a possibilidade de garantir a soberania alimentar da sua família e possibilitando sua permanência no campo. Somado a isso, a prática da agricultura agroecológica trouxe consigo a valorização do camponês enquanto agricultor, trabalhador da terra, que tem a consciência de que suas práticas agrícolas são também formas de resistência contra as imposições do Capital e expressam o seu posicionamento político perante a sociedade.

Com o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, cuja abordagem focou o processo de transição agroecológico no Assentamento Santana, concluiu-se que o processo de transição ocorre principalmente pela mediação do MST e das escolas do campo.

As práticas agroecológicas através dos quintais produtivos constituem-se uma forma de organização, promovendo a melhoria das condições de vida das famílias, evitando o êxodo rural e apresentando elementos para o desenvolvimento de agricultura sustentável. Verificou-se que a produção de alimentos e criação de pequenos animais nos quintais é desenvolvida também pelas mulheres, enaltecendo o protagonismo feminino na Agroecologia.

No assentamento, há uma boa compreensão em relação à importância da produção de alimentos saudáveis, a partir de processos agroecológicos que preservam o meio ambiente. Observou-se a substituição do uso de agrotóxicos pelo uso de biofertilizantes. E o número de pessoas que adota brocas/queimadas na agricultura é bem reduzido e, segundo os agricultores, vem diminuindo gradativamente ao longo dos anos, o que pode ser associado à difusão e assimilação das ideias da Agroecologia.

A partir das experiências, visualizamos quanto o campesinato, a partir de suas ideias e práticas, contrapõem-se à lógica produtiva capitalista que associa a agricultura à monotonia e alienação, não estimulando os processos criativos e de conhecimento sociedade-natureza. Pontuamos também o aumento da autonomia camponesa gerada pela diversidade produtiva que baseia a alimentação dos povos camponeses, e faz com que eles precisem comprar poucos alimentos para complementar a dieta alimentar.

Pode-se dizer que o processo de transição agroecológica no Assentamento Santana aconteceu a partir das experiências agroecológicas e houve melhoria nas condições de vida dos camponeses, primeiramente pelo acesso à terra, depois pelas melhores condições físicas/psicológicas de trabalho, devido a ausência da exploração dos camponeses e a não utilização de agrotóxicos, nem queimadas, diversificação produtiva e alimentar com mais autonomia.

REFÊRENCIAS

- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma Geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – Ceará, 20 anos de marchas. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 133 -148, set./dez. 2010.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável** Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, Miguel. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. *In*: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. (orgs). **Reconstruindo a agricultura: ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ª edição. Porto Alegre. Editora UFRGS, 1997, p. 72-105.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, Miguel ; NICHOLLS, C.I . Agroecologia: teoría y práctica para una agricultura sustentable. **Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental**, PNUMA/Orplac: México, n. 4. 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1986.
- ARAÚJO, Liana Brito. **Sociabilidade no Assentamento rural de Santana-Ce: terra e trabalho na construção do ser social**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- BARQUETE, Paulo Roberto. **Assentamentos Rurais em áreas de Reforma Agrária no Ceará: miséria ou prosperidade? O caso de Santana**. 1995. Dissertação. (Mestrado em Economia Rural). Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 1995.
- BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BATISTA, Maria Aline da Silva. **Questão Agrária e campesinato: a feira agroecológica como estratégia de consolidação camponesa**. 2014.108 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará. 2014
- BERGAMASCO, S. M. P. P., BORSATTO, R. S. e ESQUERDO, V. F. S. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São

Paulo. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires-Argentina, n. 38, p. 25-50, 2013.

BORGES, Juliano Luis. **A Transição do MST para a Agroecologia**. 2007. 183 f. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais) – Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2007.

BRENNEISEN, E. O MST e os assentamentos rurais do Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 128-163. 2004.

BRITO. Cleano Soares. Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino de Geografia no contexto da Educação do campo. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 13, p. 103-116, jul./dez. 2016.

BRITO, Márcia Aparecida; COELHO, Maria de Fátima. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais - unidades auto-sustentáveis. **Agricultura Tropical**, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2000.

CALDART, Roseli. **Educação em Movimento**: a formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARNANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida, *et al.* (org). **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 109-132.

CAPORAL, Francisco Roberto. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 45- 67. 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA-SAF-DATER, 2007.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 32. Edição Especial, p. 14-33, 2016.

CONSEA. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: a experiência brasileira. Brasília, 2009. Disponível em: < www.consea.com.br> Acesso em: 22 de set. 2017.

COPÁGUIA. **Cooperativa de Produção Agropecuária Águia do a Assentamento Santana LTDA**. Regimento Interno, 2007.

DA ROS, C.A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) -Instituto Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

DINIZ, A.S. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo - USP, Departamento de Geografia, São Paulo, 2009.

DUARTE, Ana Maria Timbó. **Desvendando a Segurança Alimentar no assentamento Santana em Monsenhor Tabosa, Ceará.** Monografia do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável. Programa Residência Agrária. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 92).

FERNANDES, Ivanete Ferreira. **Agroecologia e educação do campo: a experiência da Escola de Ensino Médio Florestan Fernandes no Assentamento Santana – Monsenhor Tabosa /Ce.** 2015. Monografia do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável. Programa Residência Agrária. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável,** Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Os “governos das mudanças” no Ceará: um populismo Weberiano. XIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ciência Sociais (ANPOCS). **Anais.** Caxambu – MG, 1995

GUIMARÃES, R.G. **A importância de quintais domésticos com relação à alimentação e renda familiar.** Rio Claro, 1998. 40p. Monografia (Graduação) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista. 1998.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LEITE, F. R. B.; SOARES, A. M. L.; MARTINS, M. L. R. Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação no Estado do Ceará: In: simpósio brasileiro de sensoriamento remoto, 7., 1993, Curitiba. **Anais.** Curitiba: SBSR, 1993. p.156-161.

LEONEL, Junia Conceição. **Quintais para a vida: agroecologia e convivência com o semiárido.** Fortaleza: CETRA, 2010.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007.

MARTINE, George. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 3, p. 3-43, 1990.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos de reforma agrária do Ceará**. Fortaleza: Editorial do Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia: AS-PTA, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: Ensaio sobre a evolução social e política no Nordeste. Da civilização do couro e suas implicações históricas nos problemas gerais. Fortaleza, Casa José de Alencar. 1995.

MST. **Sobre o MST in Quem somos; Nossa história; Últimas Notícias**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>>. Acessado em: 12 de outubro de 2016.

NUNES, M.V. **Teologia da libertação, mística e MST**: o papel da comunicação grupal libertadora na organização política do movimento. Fortaleza: edições UFC, 2012.

NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva. *In*: SANTOS, Boaventura S. (Org). **Produzir para viver**. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo**. Fortaleza: edições UFC, 2012.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antonio Jeová. Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 37, p. 154-168, mai./ago. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OKLAY, E. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, inserir o local/cidade, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Extensão Rural**, inserir o local/cidade, v. 15, p. 5-36, 2008.

PINHEIRO, F. **Quintais agroecológicos: resgatando tradição e construindo conhecimento.** Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br>. Acesso em: 20 set. 2017.

PINTO, Luana Elis. **Mosaicos de resistências: os conflitos por terra no espaço cearense (1995 – 2010).** 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará. 2016.

PORTO ARAÚJO, Monalisa. **A relação de saberes na construção de uma escolar popular do campo.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal da Paraíba UFPB, João Pessoa, 2011.

PORTO-GONÇALVES. C,W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PRIMAVESI. Ana Maria. Agroecologia e manejo do solo. **Agriculturas: Experiência em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 7-10, set. 2008.

ROSSET, Peter. **Revolução Agroecológica: O movimento de camponês a camponês da anap em Cuba.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Linda M.O; CARVALHO, Marivaldo A. O trato feminino do quintal: uma experiência de transição agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2011.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 7-13, 2008.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. *In*: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. p. 215-266.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; GONZALEZ DE MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato,** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA,J.B. O Algodão na organização do espaço. *In*: SOUZA, S. (org). **Historia do Ceará.** 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

SOUSA, Fernanda Sucupira de. **Uma análise sobre o projeto mandalas implantado na comunidade assentamento Acauã no município de Aparecida – PB.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Geografia do Centro de Formação de Professores de Cajazeiras PB, 2014.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela Reforma Agrária e a produção do conhecimento. *In*: ITERRA. **II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”.** Veranópolis: cadernos do ITERRA, ano VII, n. 14, nov. 2007, p. 17-34.

STÉDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania alimentar. *In:* CALDART, R. S. *et al.* (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THOMÉ, Yolanda B. **Crateús. Um povo, uma Igreja.** São Paulo: Edições Loyola, 1994.

VALADÃO, Ligia Meireles; AMOROZO, Maria Cristina Melo; MOTTA, Denise Giacomo. Produção de Alimentos na unidade domiciliar, dieta e estado nutricional: a contribuição dos quintais em um assentamento rural no estado de São Paulo. *In:* ALBUQUERQUE, U. P.; ALMEIDA, C. F. B. (Orgs.). **Tópicos em Conservação e Etnobotânica de Plantas Alimentícias.** Recife: Nuppea, 2006. p. 92-115.

Outros documentos consultados

CARTA AO POVO BRASILEIRO. 2002. Disponível em:
<<http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 20 de setembro de 2017

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Brasília, DF. 1998. Disponível em: <www.ministerio do meio Ambiente.com.br>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.